



PUBLICAÇÃO CONTÍNUA.

SCIENTIFIC MAGAZINE

scientificmagazine@hotmail.com

Site <http://scientificmagazine.com.br/>

INTERNATIONAL STANDARD SERIAL NUMBER- ISSN: 2177-8574

SCIENTIFIC MAGAZINE

SCIENTIFIC MAGAZINE-, Ano XIII, nº 116/Dezembro- A- 2019
- São Paulo. SP.

Site <http://scientificmagazine.com.br/>

Publicação contínua

E-mail: scientificmagazine@hotmail.com

INTERNATIONAL STANDARD SERIAL NUMBER- ISSN: 2177-8574

Versão online

Resumo português

Resumo inglês

A fim de cumprir com a periodicidade contínua corresponde ao Ano XIII, nº 116/Dezembro- A - 2019.

As opiniões emitidas nos textos publicados são de responsabilidade de seus respectivos autores.

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Paulo César Ribamar Martins

Prof. Dr. Fabio Marques Barros

Prof. Dr. José Contenatto

Diretor Executivo

Mauricio Furlanetto

COMISSÃO CIENTÍFICA

Prof^a. Ms. Maria da Glória Novais Silva Benfica

Prof^a. Ms. Maria do Socorro Carlos Soares Marques

Prof^a. Doutoranda Yara Figueiredo Dan

Prof^a. Ms. Maria Luisa Domingues Ferreira

SECRETÁRIO DE ASSUNTOS EDUCACIONAIS

Ms. André Luís



Origem: Projeto NBR 6022:2002 ABNT/CB-14 - Comitê Brasileiro de Finanças, Bancos, Seguros, Comércio, Administração e Documentação CE-14:001.01 - Comissão de Estudo de Documentação NBR 6022 - Information and documentation - Article in printed scientific periodical publication - Presentation Descriptors: Documentation. Periodic article. Printed scientific periodical publication. Esta Norma substitui a NBR 6022:1994 Válida a partir de 30.06.2003.

Sede: Rio de Janeiro Av. Treze de Maio, 13/28º andar CEP 20003-900 - Caixa Postal 1680 Rio de Janeiro - RJ
Tel.: PABX (21) 3974-2300 Fax: (21) 2240-8249/2220-6436 Endereço eletrônico: www.abnt.org.br ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas Copyright © 2003, ABNT-Associação Brasileira de Normas Técnicas Printed in Brazil/ Impresso no Brasil Todos os direitos reserva

Endereço para Encaminhamento:

Revista (on-line) Scientific Magazine

Email: scientificmagazine@hotmail.com

Conselho Editorial - Scientific Magazine - São Paulo-SP- Brasil

<http://www.scientificmagazine.com.br/>

SUMÁRIO

COMPREENSÃO DAS DIFICULDADES NA AQUISIÇÃO DA LEITURA	5
PROCESSO DE INOVAÇÃO NO SETOR PÚBLICO: CAMINHOS E DESAFIOS	14
IMPORTÂNCIA DA METODOLOGIA DE PESQUISA NO ENSINO SUPERIOR	24
IMPORTÂNCIA DA LEITURA PARA O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM EM GEOGRAFIA	35
CONSCIÊNCIA FONOLÓGICA E APRENDIZAGEM DA LEITURA	40
A FUNÇÃO ALFABETIZADORA DA GEOGRAFIA	47

COMPREENSÃO DAS DIFICULDADES NA AQUISIÇÃO DA LEITURA

Maria da Glória Novais Silva Benfica¹

RESUMO

Ler e escrever são estratégias complexas, mesmo para a maioria das crianças que aprendem a ler e escrever sem dificuldade. No entanto, com o grau de maturação determinado e um ambiente pedagógico favorável, as crianças conseguem acessar o domínio da alfabetização. Este estudo baseado em uma pesquisa bibliográfica, descritiva e qualitativa apontou que a leitura e a escrita podem se tornar um labirinto para crianças totalmente normais em outros aspectos de seu desenvolvimento, mas que apresentam problemas específicos de leitura e escrita. Quando essa criança inicia no ensino fundamental, as primeiras falhas começam, sua evolução nos cursos superiores será esperada. As escolas esperam para ver se estas falhas desaparecerão com o tempo, porém, é tarde demais para a automação da leitura e ortografia. Assim, começa uma "via crucis", onde as falhas se acumulam, vividas dramaticamente pela criança, pela família e pelo professor. É o caso de estudantes com a chamada "dislexia do desenvolvimento". Neste estudo, tentamos esclarecer os conceitos de dislexia e outros distúrbios, tipos, fatores e manifestações de aprendizagem, além de prevenção e intervenção nas dificuldades dessa aprendizagem.

Palavras-chave: Aprendizado. Processo. Desordem. Dislexia. Discalculia. Disortografia.

ABSTRACT

Reading and writing are complex strategies, even for most children who learn to read and write without difficulty. However, with the degree of maturity determined and a favorable pedagogical environment, children can access the domain of literacy. This study based on a descriptive and qualitative bibliographic research pointed out that reading and writing can become a maze for totally normal children in other aspects of their development, but have specific reading and writing problems. When this child starts in elementary school, the first failures begin, his evolution in higher education will be expected. Schools wait to see if these failures will disappear over time, but it is too late for reading and spelling automation. Thus begins a "via crucis" where failures accumulate, dramatically experienced by the child, family, and teacher. This is the case of students with the so-called "developmental dyslexia". In this study, we tried to clarify the concepts of dyslexia and other learning disorders, types, factors and manifestations, as well as prevention and intervention in the learning difficulties.

Keywords: Learning. Process. Disorder. Dyslexia. Dyscalculia. Dysorthography.

¹ Graduação em Normal Superior; Pós-Graduação em Psicopedagogia Institucional e Clínica; Mestre em Ciências da Educação.

1. INTRODUÇÃO

As dificuldades de aprendizagem podem ocorrer de diferentes maneiras: problemas ao pronunciar palavras, chamar coisas pelo nome, dificuldades na aprendizagem de letras e leitura, dificuldades na escrita, caligrafia difícil de entender, problemas com números, dificuldades no cálculo, não cumprimento das instruções dadas, etc (MENEZES, 2007).

Dificuldades de aprendizagem (DA) como afirma Lopes (2004, p. 65), “é um termo genérico que usamos para nos referir a um grupo bastante heterogêneo de distúrbios que afetam a aprendizagem” e são manifestados por dificuldades significativas ao falar, ler, raciocinar, escrever ou entender matemática e aritmética. Esses distúrbios são inerentes à pessoa e, normalmente, devido a uma disfunção estrutural no sistema nervoso do indivíduo. Portanto, é comum que as dificuldades de aprendizado acompanhem a pessoa durante todo o processo vital.

A base das dificuldades de aprendizagem geralmente é encontrada em processos psicológicos básicos, como atenção, memória, percepção, linguagem, capacidade de autorregular processos mentais, além de fatores emocionais e

motivacionais. Eles geralmente são identificados nos estágios iniciais de desenvolvimento (infância, infância ou adolescência), pois há uma aquisição e desenvolvimento inadequados de habilidades de aprendizagem importantes e essenciais na escola.

O conceito de Dificuldades de aprendizagem (DA) evoluiu ao longo da história e foi influenciado pelo contexto sociopolítico e educacional da época e pela disciplina predominante do momento, como medicina e psicologia. Assim, o estudo das dificuldades de aprendizagem e a preocupação com elas nem sempre estão lá. Além disso, no passado, esse tipo de dificuldade não era conhecido e não era dado importância, pois acreditava-se que não influenciava o cotidiano da pessoa.

As dificuldades de aprendizagem são um conjunto de distúrbios que geralmente criam confusão entre eles. Isso se deve à falta de uma definição clara, às coincidências entre os diferentes transtornos e às diferenças entre a população escolar a que se refere. Essas dificuldades ocorrem em um grande grupo de estudantes, sua causa nem sempre é detectável e, às vezes, essa causa é múltipla e relacionada ao meio

ambiente. Isto implica dificuldades na sua detecção, diagnóstico e intervenção.

Aprender a ler é uma atividade que exige muito tempo e esforço; algo deve ser levado em consideração. A aquisição da leitura e da escrita é essencial no desenvolvimento da linguagem, pois não é apenas aprender a escrever, mas aprender a comunicar uma mensagem escrita. Ambas as modalidades são refletidas nos dois aspectos da linguagem, a abrangente (capacidade de entender a linguagem oral e escrita) e a produtiva (capacidade de se expressar também oralmente e por escrito). Embora a linguagem oral e escrita compartilhe características comuns, a linguagem escrita apresenta mais dificuldades.

Portanto, dentro do processo evolutivo, os ritmos de aprendizado são únicos em cada criança. É muito importante incentivá-los a aprender novas habilidades, mas também é importante não forçar seu desenvolvimento se a criança ainda não estiver pronta para isso. Se o ritmo de uma criança é lento, quanto mais progresso no desenvolvimento evolutivo, mais dificuldades podem surgir. Além disso, a maturação pode ser mais lenta e pode haver incompatibilidade com o restante de seus

pares. Dessa forma o estudo traz como objetivo o seguinte questionamento: crianças que apresentam DA como se sentem entre os colegas, na família e, acima de tudo, como se sentem consigo mesmas?

2. SINTOMAS DAS DIFICULDADES DE APRENDIZADO

Surge a necessidade de detectar as dificuldades o mais rápido possível, e poder intervir nelas para reduzir a gravidade e as repercussões futuras. Essa detecção recai sobre as pessoas ao redor da criança: família, professores, conselheiros ... onde o trabalho em equipe e coordenado facilitará seu processo. Para isso, Capellini e Ciasca (2000), explica os diferentes sintomas que alertam sobre possíveis dificuldades na criança que dependendo da idade, estas são as dificuldades de aprendizado:

- ✓ Crianças entre 2 e 4 anos, apresentam alguns sinais precoces de um distúrbio de aprendizagem que podem ser:
 - Hiperatividade: Não pare de se mover, vai de um lado para o outro, levanta-se continuamente do seu assento;
 - Dificuldades de atenção: eles não olham quando falam, não ouvem instruções, são facilmente distraídos, deixam rapidamente as tarefas sem terminá-las;

- Dificuldades para entender o que lhes é dito, mudar de assunto ou interromper constantemente;
- Dificuldade em expressar o que eles querem dizer e se comunicar;
- Problemas na aprendizagem de novos conceitos, como formas, números, etc.
- Problemas comportamentais, como perturbar ou atingir colegas, e comportamentos chamativos, como gritar, chorar ou quebrar coisas;
- As dificuldades sociais, são menos autônomas, precisam da presença do adulto e, muitas vezes, preferem brincar com crianças pequenas;
- No desenvolvimento motor, falta de coordenação em geral, ficam rígidas ao caminhar, facilmente tropeçam, dificuldades também para ações como colorir, aparar ou colar.

✓ 2- Crianças entre 5 e 6 anos:

Segundo Correia (2008), é o começo do aprendizado formal de leitura, escrita e cálculo. Isso pode ser um processo complicado para elas, principalmente se a criança sofre de dislexia: elas não progredem em relação aos colegas e sentimentos de inferioridade, falta de motivação, falta de interesse e suspensões começam a surgir.

Suas dificuldades se concentram em aspectos específicos, embora outros sejam mantidos corretamente. Além disso, sua capacidade intelectual é normalmente normal.

3- Crianças de 7 anos ou mais:

Nesse momento, se a criança não aprendeu bem a ler e escrever, segundo Correia (2008), deve aumentar os alarmes que podem ser observados:

- Leitura ineficiente: confunde letras, troque de palavra, leia devagar com ritmo irregular e erros;
- Dificuldades na expressão escrita no momento da redação e compreensão de um texto para responder a perguntas relacionadas;
- Ele também não entende as declarações da matemática, portanto não pode executar o exercício corretamente ou finalizá-lo;
- Por último, mas não menos importante, destaque a presença de fatores emocionais, como ansiedade, bloqueios, rejeição escolar ou baixa autoestima.

4- Adolescência:

Para Lima (2002), normalmente nessa idade, essas dificuldades já devem ser

detectadas e resolvidas. O que pode acontecer se não tiver sido detectado antes:

- Os erros de leitura, escrita ou cálculo continuam;
- Baixa capacidade de preparar exames e organização de trabalhos de casa, planejamento;
- Baixo desempenho escolar e notas baixas.
- Fatores emocionais como ansiedade continuam aparecendo.

Como foi observado, Gindri (2007) fala das dificuldades de aprendizagem que não têm a ver com problemas de visão, audição ou diferenças culturais, ausência de oportunidades educacionais, mudanças frequentes de escolas ou baixa capacidade intelectual.

2.1. Tipos de dificuldades de aprendizagem

Para continuar aprofundando as dificuldades de aprendizado, precisamos saber que a DA pode ser abordada em muitos campos de estudo, como medicina, educação, socioeconômica etc. Em cada uma dessas áreas, a abordagem é diferente, dependendo dos seus interesses. O que significa isto? Nesta seção, serão apresentadas algumas definições e subtipos de dificuldades de aprendizagem.

Segundo Lefère (2005), as dificuldades de aprendizagem são equivalentes às Necessidades Educacionais Especiais, cujo objetivo era unir todas as categorias tradicionais de Educação Especial e eliminar quaisquer rótulos negativos e ameaçadores em relação às crianças e seus problemas.

As dificuldades de aprendizagem integram conforme Lefère (2005), cinco grupos diferenciados, distribuídos da menor para a maior gravidade, do menor para o mais afetado e do maior para o menor nível de cronicidade.

Problemas escolares (PE): eles são o grupo menos sério, não se estendem ao longo do tempo e geralmente não é necessária uma intervenção especializada, apenas um acompanhamento orientado. São provavelmente as mais comuns dessas dificuldades de aprendizado. Eles geralmente remetem facilmente, às vezes até espontaneamente. São alunos com desempenho acadêmico baixo ou médio-baixo, embora com habilidades intelectuais suficientes para obter melhores resultados. Eles estudam pouco e têm maus hábitos, leem bem, embora nem sempre entendam o que leem e escrevem mal. Eles têm

dificuldades e recusa em aprender conteúdos de assuntos específicos, como matemática ou linguagem, embora no restante dos assuntos não haja problemas. Eles geralmente começam ao longo da vida, predominantemente antes da adolescência e nela. Sua aparência está relacionada a diretrizes educacionais familiares inadequadas. Os alunos com problemas escolares faltam às aulas, não têm motivação para atingir seus objetivos, não demonstram interesse e as expectativas sobre suas habilidades são baixas. As consequências dos problemas escolares são o desempenho abaixo da capacidade. Se suas necessidades não forem atendidas, as consequências podem ser mais graves. Orientação para o aluno e seus professores é importante.

Baixo desempenho escolar (BRE): São problemas de gravidade moderada, embora possam ser recuperados se as necessidades educacionais da escola e da família forem adequadamente atendidas. Com baixo desempenho escolar, nos referimos aos alunos que tendem a dar errado na maioria das disciplinas, com importante esquecimento na aprendizagem, não estudam, são desmotivados, não demonstram interesse e muitas vezes incomodam os demais colegas de classe. Isso

se traduz em desajustes escolares, pois seus comportamentos são perturbadores com base em desobediência, ausências de classe e indisciplina. Elas envolvem um grupo de alterações nos processos de ensino e aprendizagem em que as crianças apresentam desempenho abaixo de suas habilidades. Esses alunos também têm dificuldades nos processos básicos de aprendizagem, como entender e expressar a linguagem. Também dificuldades para organizar, elaborar e transferir material.

Dificuldades Específicas de Aprendizagem (DEA): Dificuldades específicas de aprendizagem (DEA) estão presentes desde os estágios iniciais do desenvolvimento, deteriorando as formas normais de aprendizagem. Essas são as dificuldades que os alunos às vezes têm para aprender a ler, escrever e matemática. Pode ocorrer ao longo da vida, embora geralmente ocorra antes da adolescência, principalmente no início do ensino fundamental, embora também ocorra em adultos. Suas causas não são conhecidas, embora fatores biológicos se destaquem, além de oportunidades de aprendizado e ensino. Eles assumem uma gravidade moderadamente alta, sendo necessária uma intervenção especializada e prolongada. Se a

detecção ocorre no início do aprendizado, geralmente se refere em três cursos aproximadamente, embora a realidade seja que geralmente é detectada tardiamente e é mais difícil de resolver. Dificuldades específicas de aprendizado nem sempre têm a mesma severidade nem ocorrem nessas condições educacionais, familiares e escolares; portanto, o prognóstico pode variar. Os alunos com essas dificuldades podem alcançar o desenvolvimento e o grau de aprendizado necessário para o ensino regular. Por outro lado, se a intervenção ocorrer após oito anos, o atraso escolar será cada vez mais sério e as chances de remissão serão menores.

Neste item Lopes (2004) diferencia três tipos de DA, que tem importantes repercussões na prática educacional, pois distingue entre diferentes áreas da linguagem, leitura, escrita e matemática:

- Dificuldades de leitura, baixo desempenho em precisão, velocidade ou compreensão de leitura;
- Dificuldades no cálculo. Diferentes habilidades podem ser afetadas, incluindo habilidades linguísticas, perceptivas, de atenção e habilidades básicas de matemática. As tarefas que favorecem a compreensão do problema seriam: estimar o

resultado, estimar os dados ausentes, desenhar o problema, selecionar os dados necessários, escolher as operações e procurar todas as soluções possíveis.

- Dificuldades na expressão escrita. Há uma dificuldade do indivíduo em compor textos escritos, que se manifestam em erros gramaticais ou de pontuação na elaboração de frases, uma organização deficiente dos parágrafos, múltiplos erros ortográficos e uma ortografia excessivamente deficitária

Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH): O transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH) é uma dificuldade devido a fatores pessoais sérios que são combinados com respostas inadequadas do ambiente. Refere-se a um grupo de distúrbios escolares e não escolares, com base em dificuldades significativas para a aprendizagem e adaptação familiar, escolar e social. A pessoa com TDAH tende a agir primeiro e depois pensa, embora tenha inteligência média ou média-alta, mas não permite que o pensamento ocorra e depois responde. Assim, eles são os primeiros a responder, seguindo um modelo impulsivo e impensado. Dizem que são "esquecidos" e "apenas vivem no presente" sem prestar

atenção aos objetivos do futuro. Eles também mudam de atividade rapidamente e mostram explosões de emoções.

O TDAH é uma questão tópica, que às vezes é diagnosticada de maneira superficial, sem critérios claros, pela coincidência de suas características em outros distúrbios. Pode ocorrer ao longo da vida, mas é especialmente refletido antes da adolescência.

Essas dificuldades segundo Menezes (2007) se devem a uma alteração neuropsicológica que afeta atenção, memória de trabalho, motivação, afeto e linguagem. Os alunos com TDAH têm uma incapacidade de controlar seus comportamentos, autorregular seu pensamento e limitar a influência de estímulos externos. Eles têm dificuldade em controlar a atenção, principalmente a concentração, concentrando-se em um estímulo e vários ao mesmo tempo. Como resultado do TDAH, as crianças têm dificuldade em se adaptar à escola, apresentam desempenho abaixo da capacidade e apresentam um desequilíbrio no clima familiar e social devido à falta de controle. Além disso, podem ocorrer falhas na escola e perdas de aprendizado.

Finalmente, vamos nos concentrar no limite de incapacidade intelectual (DIL). Para Capovilla (2004), é considerado um atraso sério e crônico no desenvolvimento, ou seja, o progresso é alcançado, mas não a remissão total do problema. São dificuldades importantes na aprendizagem escolar. Eles tendem a se tornar independentes para cuidar de si mesmos, embora seu ritmo de desenvolvimento seja mais lento que o normal. Sua causa concentra-se em uma alteração neurológica que causa atrasos e alterações na atenção, no raciocínio, além de um baixo QI (70 a 80-85). Apresentam dificuldade em expressar sentimentos e, às vezes, apresentam comportamento agressivo. Eles também podem ter dificuldades no desenvolvimento da linguagem e baixo desempenho acadêmico.

Portanto, essas dificuldades podem ocorrer ao longo da vida, embora se destaque especialmente na infância. A origem pode ser atribuída a condições genéticas, problemas de gravidez, problemas no nascimento (anoxia: falta de oxigênio no sangue) e problemas de saúde como meningite ou desnutrição extrema. São crianças cujo progresso escolar é limitado, mas sua integração com outros

alunos é totalmente possível e aconselhável. Antes de finalizar, é importante que professores e pais estejam atentos. É necessário levar em consideração as Adaptações Curriculares Individuais (ACIs), bem como as estratégias fornecidas e treinadas com os profissionais. Todas essas diretrizes permitirão que gere um momento agradável e confortável para o aluno em torno de seu aprendizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo possibilitou compreender como lidar com as dificuldades de aprendizagem da escola, no nível escolar, em que a coordenação e os professores devem tomar medidas práticas, são fornecidas instruções passo a passo e tarefas especiais são atribuídas.

Depois de abordar de maneira detalhada as dificuldades de aprendizagem, as consequências desses problemas de aprendizagem houve a compreensão que o baixo desempenho acadêmico, com desempenho abaixo de suas habilidades, o que pode culminar em situações de insucesso escolar para o aluno. Assim como a baixa autoestima que além disso, as crianças podem experimentar várias emoções angustiantes por terem essas

dificuldades. A criança não se sente válida e não entende o que acontece com ela, por mais que tente. Podem também apresentar problemas comportamentais, pois eles não entendem o que está acontecendo com eles e não querem parecer que não possuem competência para realizar suas atividades.

Compreendeu-se neste estudo que cada caso é diferente e o impacto em crianças e adultos depende de vários fatores, como a gravidade do diagnóstico, sua detecção precoce e o apoio recebido. Por isso, é essencial que o professor conheça as dificuldades que o aluno apresenta, confiar nas estratégias trabalhadas com ele e, sempre que houver dúvidas, consultar a equipe de profissionais designados para essa área, psicólogos, psicopedagogos, orientadores educacionais, dentre outros.

REFERÊNCIAS

CAPELLINI, S., & Ciasca, S. Avaliação da consciência fonológica em crianças com distúrbio específico de leitura e escrita e distúrbio de aprendizagem. *Temas de Desenvolvimento*, 8 (48), 17-23, 2000.

CAPOVILLA, A., & Capovilla, F. Alfabetização: Método Fônico. São Paulo: Memnon, 2007.

CAPOVILLA, A., Gutschow, C. & Capovilla, F. Habilidades cognitivas que predizem

competência de leitura e escrita. *Psicologia Teoria e Prática*, 6(2), 13-26, 2004.

CORREIA, L. de. *Dificuldades de aprendizagem específicas*. Porto: Porto Editora, 2008.

FREITAS, G. Sobre a consciência fonológica. In R. R. Lamprecht. *Aquisição Fonológica do Português: Perfil de Desenvolvimento e Subsídios para a Terapia* (pp. 177-192). Porto Alegre: Artmed, 2004.

GINDRI, G., Keske-Soares, M., & Mota, H. Memória de trabalho, consciência fonológica e hipótese de escrita. *Pró-Fono*, 19(3), 313-322, 2007.

LEFÈRE, B. **Avaliação neuropsicológica da criança** (4ª ed.). São Paulo: Atheneu, 2005.

LIMA, E. **Quando a criança não aprende a ler e a escrever**. São Paulo: Editora Sobradinho, 2002.

LOPES, F. **O desenvolvimento da consciência fonológica e sua importância para o processo de alfabetização**. *Psicologia Escolar e Educacional*, 8 (2), 241-243, 2004.

MELO, R. (2006). **A relação entre consciência fonológica e aquisição da leitura e da escrita de Jovens e Adultos**. Tese apresentada ao Centro de Filosofia e Ciências Humanas para obtenção do grau de doutor em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro

MENESES, M. *Técnicas de estudo do sistema nervoso central*. Curitiba: Editora FRP, 2007.

PROCESSO DE INOVAÇÃO NO SETOR PÚBLICO: CAMINHOS E DESAFIOS

Maria do Socorro Carlos Soares Marques²

RESUMO

O presente trabalho foi elaborado com o objetivo de analisar o processo de inovação no setor público, caminhos percorridos, desafios e suas implicações, levantando as principais mudanças ocorridas na reestruturação administrativa a partir da difusão do processo de inovação. Para alcançar tal objetivo utilizou-se uma metodologia qualitativa com pesquisa bibliográfica, que permitiu apresentar a teoria acerca do tema. Após levantamento teórico, conclui-se que a viabilização da inovação é pressuposto indispensável para a sobrevivência das organizações públicas no cenário atual.

Palavras-chave: Administração Pública, Inovação, Serviços Públicos.

ABSTRACT

The present work was elaborated with the objective of analyzing the process of innovation in the public sector, paths taken, challenges and its implications, raising the main changes that occurred in the administrative restructuring from the diffusion of the innovation process. To achieve this objective, a qualitative methodology with bibliographic research was used, which allowed us to present the theory on the subject. After a theoretical survey, it is concluded that the viability of innovation is an indispensable prerequisite for the survival of public organizations in the current senary.

Keywords: Public Administration, Innovation, Public Services.

²Mestrado em Gestão – Especialização em Administração Pública.

1. INTRODUÇÃO

As recentes mudanças sociais, econômicas e políticas impulsionaram os governos a buscarem soluções inovadoras para atender melhor aos interesses da sociedade. Com esse intuito iniciou-se a implementação de políticas públicas em busca de maior qualidade, para ofertar serviços de forma mais eficiente.

Assim, o caminho árduo da inovação no setor público está sendo implementado através, por exemplo, da simplificação dos processos, digitalização dos mesmos, construção de planejamentos estratégicos, oferta de informação mais transparentes, informatização de processos, avaliação de desempenho organizacional, enfim toda uma gama de ferramentas que estão cada vez mais perceptíveis ao longo dos anos em diferentes esferas de governos.

Nesse contexto, o objetivo maior da inovação no serviço público é de otimizar os escassos recursos disponíveis, por meio de uma gestão de qualidade com o objetivo de promover mais benefícios à sociedade. Assim, a inovação serve como ferramenta para melhorar o desempenho organizacional do Estado e, por fim, garantir sua existência.

Conforme Scherer (2014), quando falamos de inovações voltadas aos cidadãos, além do efeito positivo do aumento de eficiência temos também a melhoria da percepção do cidadão perante o trabalho realizado, o que politicamente é valorizado pelos gestores públicos.

A inovação no setor privado se torna mais notório como consequência das próprias pressões do mercado, pois a oferta de produtos ou serviços de forma inovadora é condição para a sua própria sobrevivência. Com a inovar no setor privado espera-se um maior faturamento, acesso a novos mercados, realização de novas parcerias e aumento das margens de lucros. O setor público não tem como objetivo gerar lucro, ele apenas é um administrador de recursos públicos, os quais são retornados à população através da prestação de serviços, ou seja, o governo funciona de forma diferenciada do setor privado. Portanto, deve ser demandado de forma diferenciada, isto é, mais do que simplesmente aplicar a lógica do setor privado no setor público. (DUBOIS e LINS, 2012)

Como consequência, a inovação é o objeto de um ciclo virtuoso econômico que, em última instância, gera vantagens para as

três partes de uma relação comercial, qual seja o fornecedor do produto/serviço (empresário), o consumidor (sociedade) e o Estado (neste cenário, investidor). Quanto maior a demanda de mercado maior também será a arrecadação tributária, ou seja, o consumidor tem suas necessidades satisfeitas, o empresário maior lucro e o Estado maior arrecadação, ou seja, setor público e privado se completam um depende do outro para sobreviverem. (MACHADO, 2016).

Nesse sentido, o presente artigo tem o objetivo de avaliar o processo de inovação no setor público, visando identificar oportunidades de pesquisa analisando a produção científica no assunto para isso este artigo está organizado em três seções, às quais se segue a conclusão. Na primeira delas são explorados os conceitos de inovação e a importância desta no serviço público. Em seguida, discutem-se os desafios para a implementação de práticas inovadoras na gestão pública. A quarta destina-se a identificar os desafios no setor público e um caminho a ser percorrido pelo setor público.

2. INOVAÇÃO NOS SERVIÇOS PÚBLICOS

O setor de serviços ganhou forças a partir da Segunda Guerra Mundial, tanto nos países desenvolvidos como nos países em desenvolvimento, desde então houve significativo avanço seja pela sua participação no Produto Interno Bruto (PIB), seja pela sua produtividade, competitividade ou pela participação no emprego total e melhoria da qualidade de vida da população.

A característica de “intangibilidade” é que distingue o setor de serviço do setor de produção de bens, além da importância da participação do cliente no processo de produção dos serviços, sendo um atributo fundamental que impulsiona a busca da qualidade por meio do processo de inovação que se torna crucial nos dias atuais. Saber exatamente o que o cliente precisa gerar a satisfação dos mesmos além de aumentar os conhecimentos da própria organização.

O estudo de inovação no setor de serviços é relativamente novo e passível de discussões mais aprofundadas. A literatura sobre inovação em serviços até meados da década de 1990 se constituía, em realidade, da aplicação de conceitos e métodos

desenvolvidos no bojo da indústria manufatureira, ou seja, a inovação em serviços resumia-se ao processo de inovação tecnológica nos serviços. Porém, devido à sua importância, surgiu a necessidade de discutir o tema inovação em serviços de forma mais dinâmica, pois se busca a qualidade na prestação dos mesmos, que, nas palavras de Burmester (2013, p.2) “é consequência de uma ação resoluta da liderança da organização, buscando a excelência com dedicação e método.”

Para Madureira et al. (2013, p.8), inovação é:

[...] busca de valor. Valor no sentido amplo do termo. Aumentar os lucros com a venda de novos produtos, melhorar a motivação dos trabalhadores de uma organização e aumentar, assim, a sua produtividade, poupar tempo para outras atividades ou obter maior satisfação no nosso dia a dia. A inovação é, pois, um conceito universal e transversal, aplica-se às empresas, ao Estado e às pessoas em geral. Pode ser introduzida nas organizações, no mercado e na sociedade, sob as mais variadas formas e numa infinidade de situações. É motivada pela necessidade, pelo espírito criativo, pela vontade de fazer diferente, mas visa sempre obter um ganho, que pode ou não ser alcançado. Há, pois, também um componente de incerteza sobre o resultado da ação que é empreendida, com vista à mudança inovadora. Neste sentido, pode dizer-se que a inovação é algo que sempre foi usado pelo homem, pela sociedade e pela economia.

O modelo de administração pública gerencial implantada no Brasil, em 1995, trouxe à tona a necessidade de inovação nos serviços.

De acordo com Soares (2013, p.2), “em menos de um século, o Brasil experimentou três sistemas distintos de administração pública: o patrimonialismo, a burocracia e a administração gerencial, tendo até hoje aspectos relevantes das primeiras teorias, que em diversas situações são contrárias à inovação.”

Entretanto percebe-se até os dias atuais a influência dos três sistemas de administração nas atividades desenvolvidas nas diversas áreas do setor público (saúde, educação, segurança, etc.). Como efeito, as inovações trazidas pela administração gerencial, como incentivo à criatividade, descentralização de funções, horizontalização de estruturas, ainda esbarram na burocracia exigida nas várias fases de um processo e com resquícios de patrimonialismo.

Para enfrentar essas dificuldades, inovar é preciso, especialmente no setor público. O estímulo à inovação passa por uma mudança de postura e cultura institucional. Para essa mudança é

necessário o envolvimento do servidor público, de forma motivada, na criação e institucionalização desse ambiente inovador (PEDROSA, 2019)

2. DESAFIOS DO SETOR PÚBLICO

Historicamente a administração pública brasileira pode ser analisada através de três modelos de administração: modelo patrimonialista, modelo burocrático e modelo gerencial.

No modelo patrimonialista, vivido no período colonial até meados de 1930, não havia distinção entre os bens públicos e privados e o Estado era visto como um cliente da população, ou seja, o Estado em vez de servir a população para satisfazer ou dar condições de satisfazer suas necessidades, agia como uma entidade que deveria ter suas necessidades satisfeitas por meio do trabalho da população (CASTRO, 2010).

A administração burocrática surgiu com a criação do Estado liberal, veio para combater as práticas do modelo patrimonialismo, teve seu surgimento favorecido pelo desenvolvimento da economia monetária onde o funcionário tinha como se manter financeiramente, ou

seja, ele não precisava mais de outras formas de remuneração. Outro aspecto que alavancou seu avanço foi a superioridade técnica, pois a precisão, agilidade, uniformidade, otimização de recursos foram algumas das vantagens desse modelo (OLIVEIRA, 2013).

Para Oliveira (2013, p. 20), esses aspectos geram consequências para os integrantes de organizações burocráticas. Inicialmente, o cargo é profissional. Aceitá-lo, após a nomeação de uma instância superior, implica em assumir um dever de fidelidade, objetivo e impessoal, com as prescrições do próprio cargo.

Em consequência, a administração pública iniciou uma série de mudanças a partir da segunda metade da década de 1970, onde se questionava a forma de funcionamento do Estado regido pelo modelo de administração burocrática.

A administração pública gerencial surgiu na segunda metade do século XX, com a transformação de Estado Social para o Estado Regulador. A administração pública passou a se ocupar de funções gerenciais, onde o enfoque muda, passando para o controle de resultados pretendidos, além de considerando o Estado como uma empresa

cujos serviços são destinados aos seus clientes/cidadãos. Este modelo possui maior ênfase no princípio da eficiência, o qual foi inserido no caput da Constituição Federal por meio da Emenda Constitucional 19/1998, que foi o mais importante instrumento legitimador da reforma do Estado, em que, segundo Meirelles (2004, p. 96), “O princípio da eficiência exige que a atividade administrativa seja exercida com presteza, perfeição e rendimento funcional”.

Monteiro Brandão e Bruno-Faria (2012), discorrem que os primeiros estudos sobre inovação buscavam explicar a relação entre inovação tecnológica e desenvolvimento econômico e focavam o desenvolvimento de produtos e processos com aplicação comercial no setor privado.

Nesse sentido, indicou um árduo caminho em busca do processo de inovação das práticas públicas, que envolve criação, mas também ruptura com culturas já enraizadas em uma instituição. No setor público, devido a coexistência dos modelos patrimonialista e do burocrático com o gerencial, essa transição pode ser turbulenta e gerar ônus para a organização (PEDROSA, 2019).

Para se chegar à inovação no setor público é necessária uma mudança cultural, com ênfase mais na eficiência, ou seja, precisa de uma mudança na mentalidade dos próprios servidores da organização pública além de criar um ambiente propício a novas parcerias, criatividade, colaboração. Portanto não é tarefa fácil inovar no ambiente público, pois para altera o próprio ambiente de trabalho e o sistema organizacional como um todo.

Costa e Feitosa (2016), enfatizam que essa situação ganha uma proporção maior, pois devido à estabilidade típica dos cargos públicos, muitos servidores resistem às mudanças por receio de terem sua carga de trabalho aumentada, ou por receberem mais responsabilidades, isto é, por comodidade; ou por terem contato com o novo, ou pelo fato da inovação ser imposta, sem qualquer participação do indivíduo no processo de mudança.

Nesse sentido, o setor público é cada vez mais influenciado pelo ambiente externo no qual se testemunha mudanças rápidas nas relações entre seus funcionários públicos e o cidadão. Este está cada vez mais exigente devido ao grande acúmulo de informações que lhe chegam por múltiplos recursos de divulgação disponível passando a exigir

tratamento mais humanitário e eficiente. Diante dessa realidade, passou-se a exigir um novo enfoque na inovação, sendo um processo de criar algo novo e significativo para a população.

Para Gonçalves (2006, p. 25), qualquer inovação exige sempre o comprometimento pessoal do corpo funcional. Essa ideia ganha plena força quando se considera que cada membro da instituição, longe de ser apenas um indivíduo, é uma pessoa.

2.1. Práticas inovadoras no setor público

A inovação tem como consequência uma maior qualidade na oferta de produtos e serviços, contudo qualidade é consequência de uma ação coletiva e não do “departamento de qualidade”, da “gerência de qualidade”, do “grupo de qualidade” ou de qualquer outra denominação que se queira dar para algumas pessoas que teriam preocupação com o tema, que aliás, deve ser preocupação de todos e, portanto, não se recomenda abrigá-lo em nenhum departamento da organização mas sempre tratá-lo de maneira institucional.

Na busca dessa qualidade os órgãos públicos estão implementando várias práticas inovadoras na prestação dos seus

serviços e superar os desafios da administração. São exemplos de práticas inovadoras:

Modernização da administrativa no Detran-SP:

O Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo (Detran-SP) passou por um processo de reestruturação e implantou alguns conceitos da Nova Administração Pública (NAP). A reforma começou na configuração jurídica do órgão, que passou da administração direta (vinculada à Secretaria da Segurança Pública) para a indireta e ganhou status de autarquia. Esse novo formato garantiu à estrutura mais autonomia administrativa e financeira.

No Detran-SP, algumas das medidas concretas nesse conceito foram: aviso por meio de cartas e SMS da proximidade do vencimento da carteira de motorista (ou da permissão), e quando o cidadão atinge dez pontos de infrações de trânsito. Antes, essas informações só estavam disponíveis no site do órgão. Essa aproximação com o cidadão torna o relacionamento mais proativo

e evita que o condutor seja multado ou tenha o veículo apreendido. (Tossulino, 2017)

Administração pública no TER-SC:

O Tribunal Regional Eleitoras de Santa Catarina (TER-SC) é um órgão que investiu em inovação no setor público, pois, somente entre 2008 e 2012, registrou 38 inovações: os destaques foram para os aperfeiçoamentos nos processos, de mercantilização e organizacionais. Os primeiros dizem respeito às mudanças que alteram a relação entre os servidores da organização e afetam regras, procedimentos e estruturas de comunicação. Já os segundos, envolvem a modificação nos processos e sistemas operacionais para aumentar a eficiência nos serviços prestados aos cidadãos. Houve também a inovações de processos através das inovações tecnológicas, os quais aumentaram a produtividade. (Tossulino, 2017)

Criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH):

O Governo Federal criou a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

(EBSERH), entidade pública de direito privado e patrimônio próprio com o objetivo de implantar um modelo de gestão mais ágil, eficiente, transparente e prestação de assistência de excelência à população. Criada para administrar os hospitais universitários federais a EBSERH traz como objetivos de reestruturação dos recursos humanos dois componentes básicos: a recomposição quantitativa do quadro funcional dessas instituições; e a proposta de uma mudança de cultura profissional, em termos qualitativos. Os métodos desenvolvidos pelo Rehuf (Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais) foram repassados para a EBSERH que vem aplicando a metodologia para o dimensionamento de pessoal nos hospitais que fizeram a adesão, além de implementar ações no sentido de garantir a reestruturação física e tecnológica. (Barros, 2014).

Rede Paulista de Inovação em Governo: A iGovSP:

Criado para estimular a criatividade e combater a escassez de recursos financeiros para otimizar os serviços

e a gestão no Estado de São Paulos, foi lançada a Rede Paulista de Inovação em Governo – o iGovSP.

Visa fazer com que a gestão do conhecimento seja um aspecto crucial para promover a inovação nas secretarias estaduais. Isso é possível por meio da troca de experiências, em que os servidores públicos podem usar um blog, um vídeo do YouTube e u site para relatar ações bem-sucedidas.

Essas são algumas ações implementadas pelos órgãos públicos com o objetivo de melhorar seus serviços prestados. Existem vários outros exemplos de práticas inovadoras sendo desenvolvidas no setor público sempre com foco no cidadão, pois este cada vez mais exige respeito e um atendimento mais ágil e eficiente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inovação é uma ferramenta eficaz que pode ser utilizada em todo tipo de organização, com o objetivo de otimização de tempo, agilidade na execução dos serviços, melhor utilização dos recursos e matéria-prima. Tudo isso, reflete-se em crescimento e melhoria contínua da qualidade dos produtos/serviços, tornando

a organização mais competitiva. Para alcançar esses objetivos é preciso planejamento, ter processos bem estruturados e competências bem definidas referentes ao processo de inovação interna.

Portanto, o desafio de inovar no setor público, sair do tradicionalismo, é fruto dos anseios da própria sociedade que está cada vez mais informada e exigente, além da própria consciência do Estado que vê na inovação a forma de otimizar seus recursos, reduzindo assim custos, pois no cenário atual os recursos orçamentários/financeiros estão cada vez mais escassos. Enfim, vislumbra-se na inovação a solução financeira e patrimonial para a própria sobrevivência da entidade.

Diante do exposto, observou-se que a administração pública evoluiu em muitos aspectos desde a administração patrimonialista até os dias atuais, porém, ainda hoje observamos alguns traços de cada um dos modelos de administração pública em práticas cotidianas do serviço público, pois nenhum dos modelos desapareceu definitivamente.

Contudo, verificam-se os esforços da administração pública em inovar continuamente suas práticas, através de

mudanças comportamentais e culturais, empreendendo enormes transformações na dinâmica de suas atividades ao longo de quatro séculos.

REFERÊNCIAS

BARROS, Renata Tenório. Empresa brasileira de serviços hospitalares: uma análise sobre sua gestão no contexto institucional do Hospital das Clínicas da UFPE. Renata Tenório de Barros. Recife: O Autor, 2014.

BURMESTER, H. (2013). Gestão da qualidade hospitalar. 1ª Ed. São Paulo: Saraiva.

CAMPOS, C. V. A., Bonassa, E. C. (2006). O novo paradigma da gestão de pessoas. In: Gonçalves, E. L.(Org.). Gestão hospitalar: administrando o hospital moderno. São Paulo: Saraiva, pp. 92-109.

CASTRO, Bruno (2010). A evolução da administração pública. Disponível: Acesso em: <https://administradores.com.br/artigos/a-evolucao-da-administracao-publica>. Acesso em 06 nov. 2019

COSTA, Carlos Eugênio Silva da; Feitosa, Lívia Vanessa dos Santos (2016). Inovação no setor público: a resistência à mudança e o impacto causado no comportamento do indivíduo. Disponível: <https://singep.org.br/5singep/resultado/191.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2019.

GONÇALVES, E. L. (2006). Determinantes organizacionais no hospital moderno. São

Pulo: Saraiva. Instituto brasileiro de geografia e estatística. Disponível: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?lang=&sigla=ma>. Acesso em: 23 jul. 2016,

MACHADO, Amanda(2013). Relação estado x setor privado - financeirização e inovação. Disponível: <https://amandacastromachado.jusbrasil.com.br/artigos/387132185/relacao-estado-x-setor-privado-financeirizacao-e-inovacao>. Acesso em: 02 nov. 2019.

MADUREIRA, L., Gamito, T. M., Ferreira, D. & Portela, J. (2013). Inovação em Portugal rural: detetar, medir e valorizar. Parede: Príncipe Editora.

MEIRELLES, H. L. (2004). Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo: Malheiros Editores.

MONTEIRO BRANDÃO, Soraya; Bruno-Faria, Maria de Fátima. Inovação no setor público: análise da produção científica em periódicos nacionais e internacionais na área de administração. Acessado em 12/11/2019, de <https://www.redalyc.org/pdf/2410/241025749010.pdf>

OLIVEIRA, V. C. da S (2013). Administração pública contemporânea: política, democracia e gestão. In: Sanabio, M. T. Santos, G. J. David, M. V (Org.). Modelos de administração pública. Juiz de Fora: Ed. UFJF, pp. 09-35.

PEDROSA, Ramires. Os caminhos para inovação no setor público. Acessado em 04/11/2019, de

<https://administradores.com.br/artigos/o-s-caminhos-para-a-inovacao-no-setor-publico>

SCHERER, Felipe Ost (2014). Gestão da inovação no setor público: a metodologia do octógono da inovação no setor público. Acessada em 12/11/2019 http://www.innosciences.com.br/wp-content/uploads/2015/12/Report-Inova%C3%A7%C3%A3o-no-Setor-P%C3%BAblico_Innosciences2015.pdf

SOARES, A.V. A. (2013). Inovação no setor público: obstáculos e alternativas. Recuperado em 13 fevereiro, 2016, de http://www.administradores.com.br/_resources/files/_modules/academics/academic_2395_201002281826364cef.pdf.

STURESSON, J., Owman, L., Lidé, S. (2012). Construindo o governo no século XXI. In: Dubois, R. Lins, J. (Org.). Inovação na gestão pública. São Paulo: Saint Paul Editora, pp. 19-53.

TOSSULINO, Guilherme. Confira 2 práticas de inovação no setor público para se inspirar. Disponível: <https://www.gestaopublica.com.br/inovacao-no-setor-publico/>. Acesso em 13 nov. 2019.

IMPORTÂNCIA DA METODOLOGIA DE PESQUISA NO ENSINO SUPERIOR

Yara Figueiredo Dan³

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar a importância da metodologia da pesquisa no ensino superior como aliada para o desenvolvimento científico. Amparada na pesquisa descritiva, bibliográfica, qualitativa, na qual buscou verificar a Metodologia da Pesquisa, na prática, seu vínculo com a todas as áreas do conhecimento da vida acadêmica, pois cada sujeito constitui uma entidade ou tópico de pesquisa. Houve a compreensão de que a metodologia de pesquisa é essencial em qualquer curso universitário, pois fornece as ferramentas para o planejamento, execução e disseminação de qualquer pesquisa ou questão voltada à obtenção de novos conhecimentos. Da mesma forma, a Metodologia ajuda o aluno a desenvolver uma atitude crítica em relação ao "bombardeio" de informações, típico de nossos dias. Dessa forma, pode analisar, entender, avaliar e refutar os julgamentos emitidos e, em seguida, construir uma verdade com a maior objetividade possível, com base no conhecimento coletado por meio de autores que disseminam o assunto, com base nas etapas do método científico. Do ponto de vista prático, a Metodologia orienta o aluno a realizar estudos de diagnóstico, personalização de preferências e análises para tomada de decisão, que

³Bacharel e Licenciada em Educação Familiar - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - 1977; Mestre em Administração - Gestão e Estratégia em Negócios - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - 2003. Doutoranda en Ciencias de la Educación - Universidad de Desarrollo Sustentable - Py - 2018.

auxiliam na solução de problemas educacionais e na sua comunidade.

Palavras-chave: Metodologia da Pesquisa. Ensino Superior. Pesquisa Científica.

ABSTRATC

This article aims to analyze the importance of research methodology in higher education as an ally for scientific development. Supported by descriptive, bibliographical and qualitative research, in which it sought to verify the Research Methodology, in practice, its link with all areas of knowledge of academic life, because each subject constitutes an entity or research topic. It has been understood that research methodology is essential in any university course, as it provides the tools for planning, execution and dissemination of any research or issue aimed at gaining new knowledge. Likewise, the Methodology helps the student develop a critical attitude toward the "bombardment" of information, typical of our day. In this way, it can analyze, understand, evaluate and refute the judgments issued and then construct a truth as objectively as possible, based on the knowledge collected through authors who disseminate the subject, based on the steps of the scientific method. From a practical point of view, the Methodology guides the student to perform diagnostic studies, preferences customization and decision-making analysis, which help in solving educational problems and in their community.

Keywords: Research Methodology. Higher education. Scientific research.

1. INTRODUÇÃO

As grandes mudanças pelas quais o mundo passou nas últimas duas décadas levaram ao questionamento de certos elementos presentes na análise dos fenômenos sociais e políticos. No campo da ciência, por exemplo, os marcos teóricos e metodológicos que, à luz do conhecimento atual, atualmente são analisados, revisados e modificados diante da realidade do trabalho científico.

O vício que envolve a transformação da educação em nosso país tem sido fundamentalmente orientado para os aspectos metodológicos que, ao comprovar sua eficácia nos níveis básicos de educação, podem ser adotados como estratégia para realizar reformas nos níveis superiores, a ampla expressão e reflexão do trabalho acadêmico.

A realidade mostra que as disciplinas de Metodologia da Pesquisa ensinadas em um nível superior se concentram na maioria das vezes, em técnicas e procedimentos do que na discussão de métodos, entendidos como a maneira de obter conhecimento científico. Ou seja, é entendido como um assunto que inclui não apenas a discussão teórica sobre

o método, mas também o aspecto operacional referente às técnicas, procedimentos e instrumentos utilizados em uma investigação.

A maioria dos regulamentos internacionais coincide em apontar a pesquisa como uma função tão importante que não há ensino de qualidade sem a pesquisa. Daí a importância da Metodologia da Pesquisa para a formação de futuros profissionais do curso de Administração, que necessitam obter e gerar conhecimentos relacionados à sua especialidade. Isso permite a análise reflexiva e crítica, implica o uso de etapas e procedimentos para solucionar problemas de aplicação do método científico, desenvolve a capacidade de crítica e argumentação e garante um trabalho eficaz e eficiente.

Nesse ponto de vista, a disciplina Metodologia da Pesquisa é essencial em qualquer curso de formação universitária, tanto de graduação quanto de pós-graduação. Esta disciplina teórico-prática fornece as ferramentas para o planejamento, execução e disseminação de qualquer pesquisa ou processo destinado a obter novos conhecimentos. Da mesma

forma, a Metodologia ajuda o aluno a desenvolver uma atitude crítica, permitindo-lhe analisar, discernir, avaliar e julgar a construção de conhecimento com base nas etapas do método científico.

Compreende-se que, a pesquisa é a maneira pela qual o ser humano pode entender, analisar e aprender algo novo ou algo que ele não sabia e é por isso que acaba sendo importante e central na formação do acadêmico. A pesquisa pode ocorrer de várias maneiras, algumas mais formais e mais conscientes do que outras, mas é uma parte vital da nossa vida como seres em constante aprendizado e conhecimento.

Portanto, por meio da investigação ajuda a desenvolver a capacidade de buscar possíveis soluções para os problemas formulados e também contribui para o progresso da leitura crítica, pois constitui um estímulo à atividade intelectual criativa. Assim, pode ser considerado a pesquisas de grande benefício para a sociedade, a maior riqueza da humanidade, pois graças à pesquisa, o aluno pode contribuir para uma melhor qualidade de vida diante dos desafios e mudanças que a humanidade enfrenta.

2. A METODOLOGIA DA PESQUISA COMO DISCIPLINA

O termo Metodologia tem vários significados. Em primeiro lugar, segundo FULANO é uma palavra composta de método (caminho para atingir uma meta) e logotipos que significa estudo ou tratado. Portanto, em primeiro lugar, a Metodologia é o estudo dos métodos utilizados para alcançar um fim.

Segundo Molina (2010), o termo Metodologia tem dois significados, “um referente ao campo da pedagogia, especificamente relacionado ao estudo de métodos de ensino, e outro relacionado ao estudo analítico e crítico de métodos de pesquisa e busca por novos conhecimentos” (p. 56). Evidentemente, neste artigo foi considerado o segundo significado, ou seja, o correspondente ao estudo e análise dos diferentes métodos de pesquisa.

Para Moraes (2007), a Metodologia da Pesquisa consiste em "...a reflexão crítica encarregada de estudar o surgimento, desenvolvimento e validade dos métodos utilizados na ciência..." (p. 65). É claro que, para este autor, a Metodologia "opera em nível teórico", diferentemente dos cursos de

Técnicas de Pesquisa que operam em nível prático.

Sabino (2000) considera que a metodologia é "...a análise dos vários procedimentos específicos utilizados na investigação..." e coincide com Hernandez (2009) que afirma que deve ser reservada termos técnica e procedimentos para significar "...a aspectos mais específico ao método usado em cada investigação" (p. 35).

No entanto, a realidade mostra que os cursos de Metodologia da Pesquisa ministrados em nível superior se concentram mais em técnicas e procedimentos do que na discussão de métodos, entendidos como o caminho para a obtenção de conhecimento científico.

De fato, autores como Neotti (2006), Santos (2007), bem como Demo (2003), estão inclinados para a abordagem operacional da Metodologia. O último autor expressa que “a Metodologia da Pesquisa lida com o estudo dos métodos, técnicas e instrumentos utilizados no processo de pesquisa”. Além disso, esta disciplina analisa os diferentes métodos, técnicas e procedimentos e indica sua relevância e limitações. no momento de colocá-los em prática. Nessa ordem de ideias, a Metodologia é assumida como um assunto

que inclui não apenas a discussão teórica sobre o método, mas também o aspecto operacional relacionado às técnicas. É importante esclarecer que igualmente válido é o significado do termo Metodologia como o conjunto de métodos utilizados em uma investigação científica.

2.1. O papel da pesquisa científica

A pesquisa educacional, entendida como disciplina, é um campo de conhecimento recente, com aproximadamente um século de história, pois sua origem é no final do século XIX, quando a pedagogia semelhante ao que outras disciplinas humanísticas já haviam feito, como a sociologia e a psicologia, entre outros, ele adotou a metodologia científica como um instrumento fundamental para se tornar uma ciência (DEMO, 2003).

Essa conversão científica não foi um mero produto do acaso, mas o resultado de um longo processo iniciado no final da Idade Média e no início da modernidade, a partir da obra de vários autores, mas principalmente das contribuições de Galileu, um novo modelo de aproximações ao conhecimento da realidade.

No entanto, Santos (2007) coloca que a expressão "Pesquisa Educacional" é

bastante recente, uma vez que era tradicionalmente chamada "Pedagogia Experimental", a mudança terminológica e conceitual se deve principalmente a razões socioculturais e à preexistência das contribuições do mundo anglo-saxão no campo educacional.

Severino (2007) fala que Jean Pierre Vielle (1989), por sua vez, explica o conceito ao afirmar que: a pesquisa se estende a qualquer processo de busca sistemática por algo novo, trata-se de atividades intencionais e sistemáticas que levam à descoberta e intervenção de algo novo.

Esse produto como discorre Severino (2007), "algo" da pesquisa não é apenas da ordem de ideias e conhecimentos, mas gera resultados diversos e muito diferentes, novas ideias, conceitos, teorias, novos designs, valores protótipos, comportamentos e atitudes.

Pablo Santos (2007), refere-se à Pesquisa como: o conjunto de ações sistemáticas e deliberadas que levam à formação, design e produção de novos valores, teorias e sistemas.

Sem dúvida, essas três maneiras de definir a pesquisa na área educacional não esgotam as possibilidades de conceituá-la,

nem podem ser consideradas como aceitação universal; eles poderiam até ser objeto de debate entre aqueles que concebem a pesquisa educacional de maneira diferente.

A pesquisa científica para Neotti (2006), é um conjunto de fases normativas que contêm regras genéricas de ação científica e é considerada um elemento-chave na atividade universitária, pois através dela é alcançada a inter-relação das funções de ensino e pesquisa.

Como cita Severino (2007, p. 45):

[...] o processo de pesquisa indica etapas básicas que dependem da disciplina científica específica, da situação ou problema do grau de conhecimento e da conceituação do procedimento escolhido para sua investigação (SEVERINO, 2007, p.43).

Para o autor, a dimensão epistemológica da pesquisa abre caminho para a aquisição do conhecimento. O pesquisador deve contemplar a possibilidade de que o conhecimento é tão complexo e objetivo que adote a perspectiva de um observador externo, bem como os métodos das ciências naturais.

De acordo com Santos (2007), as pretensões da investigação para o acadêmico deve ser as de adquirir novos

conhecimentos sobre a realidade, que buscam numa abordagem máxima da verdade e contribuir para o patrimônio teórico das ciências, conduzindo à realidade empírica e voltando novamente à teoria que contribui com novos conhecimentos. Esse processo segundo o autor, requer um procedimento que permita verificar se os fatos da realidade estão de acordo com a teoria proposta. As principais etapas do processo de pesquisa são: observação, descrição, explicação, previsão e controle.

Do ponto de vista geral, Demo (2006) coloca que a pesquisa científica percorre um caminho desde a observação de um problema até o controle de sua ocorrência ao longo do tempo. Entre os dois pontos, há uma inferioridade de momentos que se entrelaçam para dar origem ao próprio processo de pesquisa visto como um todo.

Segundo Santos (2007), Gary Becker (Prêmio Nobel de Economia em 1992) afirma que "o sucesso ou fracasso econômico de uma nação não depende mais da tecnologia ou maquinaria que possui, mas do que faz com seu povo".

Neotti (2006), refere que podemos aplicar o pensamento ao mundo universitário:

[...] Tornemos o aluno pesquisador, crítico, autogerente, gerador de desenvolvimento, capaz de interagir em equipes com pessoas de outros conhecimentos e propor alternativas com argumentação e espírito de ajuda para ser humano e meio ambiente (NEOTTI, 2006, p.89).

Para o autor, a universidade se torna um espaço para promover essas capacidades; um lugar privilegiado para investigar, inovar, desenvolver o espírito criativo e entender o que somos, em que universo vivemos ou em que medida nossa sociedade, cultura e educação, nossa história no passado e no presente influenciam nossa maneira de pensar e agir. É uma instância chave que permite que professores e alunos contribuam, por meio de pesquisas, para o desenvolvimento sustentável da sociedade em que operamos.

De acordo com Demo (2003) para aprender a investigar, a primeira coisa a ser feita é identificar problemas que são percebidos em nosso ambiente, que queremos resolver ou situações que motivam, que atraem atenção, sobre as quais gostaríamos de aprofundar. Em seguida, definir os objetivos, fazer uma revisão da

bibliografia para ver o que outras pessoas escreveram sobre esse tópico específico, definir o método que será usado para coletar as informações, seja do tipo quantitativo usando as técnicas de pesquisas, entrevistas fechadas, questionários ou tipo qualitativo, utilizando entrevistas abertas, grupos focais, estudos de caso, trabalho de campo, entre outros e, finalmente, com os resultados, tiram conclusões e recomendações. Logicamente, tudo isso requer um processo.

Para Severino (2007), o importante é o desejo de fornecer novas informações, novas ideias para resolver um problema e o principal para fortalecer e gerar conhecimento. Segundo o autor:

[...] estamos enriquecendo nosso treinamento e colocando em prática o conhecimento adquirido e, portanto, o processo ensino-aprendizagem se torna mais dinâmico e não um aprendizado estático e memorial que se limita à mera repetição de teorias (SEVERINO, 2007, p.78).

Conforme o autor, com a pesquisa, temos a oportunidade de dar continuidade a contribuições significativas de autores que, graças ao seu trabalho de pesquisa, enriqueceram o conhecimento científico. Assim, o ensino superior e a pesquisa andam de mãos dadas para o progresso e desenvolvimento global.

2.3. Importância da Metodologia do Ensino em nível superior

A transição do ensino médio para o nível universitário implica que o aluno deixe de ser um receptor de conhecimento, inicie um treinamento que permita análises críticas e a subsequente geração de conhecimento. Precisamente, a produção de conhecimento ou pesquisa é uma função inerente da universidade (FISCHER, 2008). Além disso, a maioria dos regulamentos internacionais coincide em apontar a pesquisa em função de uma importância atribuída ao ensino. Não há ensino de qualidade sem pesquisa.

Atualmente, Fischer (2008) coloca que o exercício das funções universitárias é resultado de inúmeras experiências e ensaios, cuja intenção não é outro senão tornar o ensino e a pesquisa mais eficientes para obter um melhor desempenho em termos de aprendizado e maior produtividade em atividades de pesquisa. Nesse sentido, foram elaborados tratados sobre como ensinar e como investigar. Particularmente, para a pesquisa, métodos sistemáticos foram formulados com o objetivo de obter e verificar conhecimento.

Daí a importância da Metodologia da Pesquisa para a formação de futuros

profissionais, que segundo Hernández (2010) em suas respectivas carreiras, necessitam obter e gerar conhecimentos relacionados à sua especialidade. Por exemplo, o advogado investigará na área jurídica, o médico aplicará técnicas de pesquisa na área da saúde e o educador usará a Metodologia de Pesquisa na sala de aula. Em resumo, a Metodologia, como um conjunto de procedimentos e técnicas de investigação concretas, pode ser aplicada em qualquer disciplina ou área do conhecimento científico.

Segundo Santos (2007), Demo (2003), a importância da Metodologia da Pesquisa é que:

- ✓ Permite que a análise reflexiva e crítica dos conceitos teóricos seja desenvolvida em uma investigação;
- ✓ Implica o uso de etapas e procedimentos para resolver problemas cujas soluções são encontradas através da aplicação do método científico;
- ✓ Desenvolve a capacidade de crítica e argumentação ao tomar decisões sobre os processos a serem seguidos;
- ✓ É uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento de atividades acadêmicas e científicas;

- ✓ Estabelece o curso correto de uma investigação, garantindo um trabalho eficaz e eficiente contra a obtenção de resultados.

Além disso, a Metodologia da Pesquisa para Severino (2007):

- ✓ Oportuniza que explique as diferentes técnicas de coleta de dados;
- ✓ Indica como desenvolver os instrumentos;
- ✓ Indica os motivos dos procedimentos e avisa sobre as consequências de evitá-los;
- ✓ Fornece informações úteis para a tomada de decisão;
- ✓ Permite a verificação ou refutação de sentenças proferidas por outras pessoas;
- ✓ Fornece uma base de conhecimento ou estrutura de referência necessária para fixar posições na vida.

Fischer (2008) coloca que a Metodologia da Pesquisa, na prática, está vinculada a todas as áreas do conhecimento da vida universitária. Cada sujeito constitui um objeto de investigação. Dessa forma, o aluno, ao abordar qualquer assunto e aprofundar um tópico específico, pode fazer

perguntas ou levantar problemas que levarão à obtenção de novos conhecimentos.

Por outro lado, quando a técnica de pesquisa é aplicada em uma investigação, os dados obtidos são analisados por meio de estatística. Aqui está outra relação: Metodologia e Estatística. Nesse sentido, para alcançar a generalização dos resultados obtidos em uma investigação, é utilizada a inferência estatística, ou seja, técnicas quantitativas que permitem extrapolar os resultados obtidos em um pequeno grupo de indivíduos ou “amostra” para uma população muito maior a partir do qual a amostra foi extraída (DEMO, 2003).

Em resumo, quando o aluno aplica a Metodologia da Pesquisa, ele implementa simultaneamente outras disciplinas ou áreas básicas do conhecimento, pois elas não se manifestam isoladamente, mas se relacionam, se integram e se complementam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreende-se que, a disciplina Metodologia da Pesquisa é essencial em qualquer curso universitário. Esta disciplina teórico-prática fornece as ferramentas para o planejamento, execução e disseminação de

qualquer pesquisa ou processo destinado a obter novos conhecimentos.

Da mesma forma, a Metodologia contribui para o aluno desenvolver uma atitude crítica em relação ao "bombardeio" de informações, típico de nossos dias. Dessa forma, o aluno pode analisar, discernir, avaliar e fazer os julgamentos e, em seguida, construir uma verdade com a maior objetividade possível, com base no conhecimento acumulado e com base nas etapas do método científico.

Do ponto de vista prático, a Metodologia orienta o aluno a realizar estudos de diagnóstico, identificação de prioridades e análises para tomada de decisão, que contribuem para a solução de problemas comunitários, educacionais e gerenciais.

Assim, a Metodologia da Pesquisa deve ser uma disciplina obrigatória da unidade curricular ou área acadêmica em todas as carreiras ou programas de formação universitário e não deve se limitar apenas à formação de um eixo transversal do currículo.

Além de ser ministrada nos primeiros semestres, a Metodologia deve ser

inserida como conteúdo fundamental nos programas de todas as disciplinas que integram os currículos, para que o aluno investigue sobre qualquer disciplina e que a Metodologia não seja considerada apenas como uma ferramenta necessária para preparar o TCC no final da graduação.

A Metodologia da pesquisa deve ser ensinada, vinculando a teoria à prática. Nesse sentido, o aluno, só aprenderá a investigar pesquisando. Por isso, os aspectos metodológicos devem estar relacionados a todas as áreas e aplicados no estudo e análise de vários tópicos. Por exemplo, se a Metodologia é ensinada aos estudantes do curso de Administração, o professor deve focar a aplicação de técnicas de pesquisa na abordagem de problemas específicos no campo administrativo.

Por fim, as instituições universitárias devem prestar especial atenção à formação e atualização dos professores de Metodologia da Pesquisa, uma vez que são diretamente responsáveis pela transmissão dos conhecimentos, habilidades que permitirão ao aluno e ao futuro profissional, a solução de problemas em seu campo de ação através da aplicação do método científico e da geração de novos conhecimentos.

REFERÊNCIAS

DEMO, P. **Educar pela pesquisa**. São Paulo: Autores Associados, 2003.

FISCHER, A. Letramento Acadêmico: uma perspectiva portuguesa. In: **Revista Acta Scientiarum**. Language and Culture. Maringá, v.30, n.2, pp. 177-187, jul./dez., 2008.

FREIRE, P. e SHOR I. **Medo e ousadia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GADOTI, M. **Convite à leitura de Paulo Freire**. São Paulo: Scipione, 1992.

HERNÁNDEZ Sampieri, R., Fernández, C. e Baptista, P. **Metodologia de pesquisa** 5ª ed. México: McGraw-Hill, 2010.

HERNÁNDEZ, I. **El docente investigador en la formación de profesionales**. Revista Virtual Universidad Católica del Norte, 2009.

LIBÂNIO, J.C. **Democratização na escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. São Paulo: Loyola, 1999.

MOLINA, M. I. (2010). **El vínculo docencia - investigación: una respuesta a la necesidad de pensamiento crítico en México**. Primera revista electrónica en América Latina Especializada en Comunicación, 2010.

MORAES, Rodrigo. O Plágio na Pesquisa Acadêmica: a proliferação da desonestidade

intelectual. **Revista Diálogos Possíveis**, ano 6, nº2, julho/dez 2007

NEOTTI, Carolina. **Autoria e plágio em monografias: uma abordagem discursiva**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem). Santa Catarina: Universidade do Sul de Santa Catarina, 2006.

SABINO, C. **O processo de pesquisa** Caracas: Panapo, 2000.

SANTOS, A. R. dos, **Metodologia científica: a construção do conhecimento**, 7ª ed., revisada conforme a NBR 14724:2005.- Rio de Janeiro, 2007.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. São Paulo: Cortez, 2003.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23ª. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

IMPORTÂNCIA DA LEITURA PARA O PROCESSO DE ENSINO- APRENDIZAGEM EM GEOGRAFIA

Maria Luisa Domingues Ferreira⁴

RESUMO

A leitura consiste em uma ferramenta muito útil no desenvolvimento profissional ou pessoal em diversas áreas; e sua relevância é tal que sua prática faz uma profunda diferença entre os indivíduos que a praticam e aqueles que não praticam. É, portanto, um tópico que influencia no desenvolvimento das disciplinas dentro do aspecto educacional, uma vez que contribui para a formação dos alunos. O estudo com pesquisa descritiva e bibliográfica apontou a como objetivo a importância da leitura para o processo de ensino e aprendizagem em geografia. Sua importância no eixo educacional estará na capacidade de formação de habilidades, qualidades direcionadas ao aprimoramento acadêmico. Os resultados do estudo indicam que a leitura como uma atividade complexa de percepção e decodificação, se ele constitui um elemento importante no processo de ensino e aprendizagem.

Palavras-chave: Leitura. Compreensão. Geografia. Ensino e Aprendizagem.

ABSTRACT

Reading is a very useful tool for professional or personal development in many areas; and its relevance is such that its practice makes a profound difference between the individuals who practice it and those who do not. It is therefore a topic that influences

the development of subjects within the educational aspect, as it contributes to the formation of students. The study with descriptive and bibliographic research pointed to as objective the importance of reading for the process of teaching and learning in geography. Its importance in the educational axis will be in the ability of formation of skills, qualities directed to the academic improvement. The study results indicate that reading as a complex activity of perception and decoding, if it constitutes an important element in the teaching and learning process.

Keywords: Reading. Understanding. Geography. Teaching and learning.

1. INTRODUÇÃO

A leitura é um processo perceptivo, analítica, decodificador, por meio dela fornece a compreensão e objetivos para analisar um determinado texto. É considerado uma ferramenta que permite obter experiências, conhecimentos; bem como habilidades. Essas características o tornam o recurso utilizado por excelência para o desenvolvimento em diversas áreas do conhecimento.

Durante o desenvolvimento das aulas de geografia, o professor deverá lançar mão de textos que ele pode buscar, inclusive nos livros didáticos. Devem ser textos

⁴Graduação em Geografia- Mestre em Ciências da educação- UNINTER.

bastante lúcidos e cientificamente corretos com relação às questões que envolvem contexto que está abordando.

Portanto, os estudos realizados sobre a importância da leitura para a aprendizagem na disciplina de geografia, trata de compreender o processo de formação e desenvolvimento dos educandos, estabelecer como um importante fator para o ensino e aprendizagem. Este estudo tem como objetivo a importância da leitura para o processo de ensino e aprendizagem em geografia.

2. IMPORTÂNCIA DA LEITURA PARA O DESENVOLVIMENTO DAS HABILIDADE EM GEOGRAFIA

A leitura é uma operação avaliativa e compressiva de ideias e pensamentos expressos por escrito, que está relacionada ao crescimento em várias áreas da vida das pessoas.

Os benefícios da prática da leitura constante, e não apenas em certos períodos ou estágios de desenvolvimento social, cultural ou outro, são claramente apreciáveis.

O ciclo educacional não é exceção, sua utilidade nas diferentes áreas do

conhecimento é evidente, como mencionado por Branco (2009) "a leitura ajuda a fortalecer a unidade nacional, melhora a democracia e encontra incentivos para o autoaperfeiçoamento". (p.68).

Assim, é necessária uma expressão clara e detalhada do papel da leitura na instrução acadêmica, uma vez que esta será a que possibilitará a formação de habilidades que assegurem não apenas o uso correto, mas também a criação de oportunidades próprias.

Sobre a importância da leitura na educação, numerosos estudos importantes foram publicados nacional e internacionalmente; com o objetivo de aproximar o tema da comunidade estudantil e dos professores. Aprender a ler é frequentemente um exercício que serve para indicar o medo, que sujeita o corpo e o espírito, que incentiva a pessoa a ficar onde está e a não se mover. Callai (2000, p. 56) coloca que os leitores são viajantes, "eles circulam em outras terras quando entram no mundo imaginário que transporta a leitura, mas também há espectadores que fazem a leitura"; por ser atividade silenciosa, transgressora, irônica ou poética. O leitor não é, portanto, passivo, realiza um trabalho produtivo, o que lhe permite modificar sua

maneira de pensar, seu estilo de vida e transmitir seus conhecimentos para o resto do mundo.

Para Marques (2003), a leitura pode nos tornar um pouco mais aptos a enunciar as próprias palavras, o próprio texto, e nos tornar autores da própria vida. Como isso permite que o aluno, às vezes decifre sua própria experiência, pois fornece o apoio de uma definição de ordem. A prática da leitura pode ser impossível ou arriscada, principalmente quando pressupõe entrar em conflito com os costumes, com os valores do grupo, do local onde se vive.

De acordo com Castellar (2000), por meio da leitura, o trabalho com a disciplina de geografia oferece condições de conhecer os espaços geográficos e usufruir deles. De fato, os leitores apropriam-se dos textos, fazem com que outras coisas mudem o significado das palavras, interpretam à sua maneira, deslizando seu desejo entre as linhas; nunca é possível realmente controlar a maneira como um texto será lido, entendido e interpretado. A partir dessas palavras escritas por outros, imagens e palavras chegam ou faz seu próprio filme, ou seja, o leitor pode ler; decifrando sua própria experiência, é assim que

entendemos que é o texto que "lê" o leitor, é o texto que sabe muito sobre ele.

Para Rego (2000), o professor de Geografia fará a mediação entre o "conteúdo" e o modo como os alunos podem apropriar-se dele. Ou seja, a leitura consiste no tratamento didático-pedagógico em que o professor irá lançar mão para que esse "conteúdo" possa transformar-se em aquisição de conhecimento, pois a leitura leva a um caminho privilegiado.

Segundo Santos (2000), a leitura fornece condições para que os alunos possam verificar as mudanças das condições reais de temperatura, umidade, insolação, movimento das massas de ar e compará-las ao longo de um ano e em diferentes locais. São procedimentos para o aluno transpor o nível da percepção imediata e elaborar paulatinamente o conceito, construindo-o a partir dos elementos da realidade percebidos, analisados, compreendidos e, assim, incorporados, na acepção de que estão interiorizados no corpo.

2.1. O aluno enquanto sujeito da construção do seu conhecimento

Straforini (2001), coloca que é necessário desenvolver uma organização

curricular levando em conta o aluno enquanto sujeito do conhecimento, ocupando, por isso, o centro do processo de aprendizagem. Evidentemente, ao longo do tempo acontecem transformações perceptuais e cognitivas. Contudo, isso não significa que, para atender a uma compreensão que se realiza do concreto ao abstrato, o espaço imediato do aluno deva restringir-se às localizações mais próxima a ele para, gradativamente, ir ampliando-se do ponto de vistas que vai adquirindo conhecimento.

A melhoria do ensino, de acordo com Branco (2009) nas escolas básicas brasileiras toma assento de modo intenso nas preocupações de educadores, tendo vários deles, feitos propostas e projetos de ensino. A leitura como um procedimento didático que auxilia o aluno para desenvolver um tema colocado no planejamento, nas atividades que irá desenvolver.

A importância da leitura é inquestionável em muitos aspectos do cotidiana escolar, portanto, é compreensível o crescente interesse dos alunos sendo auxiliados pelos professores para desenvolver as habilidades de leitura, que

fica evidenciada seu destaque nas respectivas áreas de ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o exposto, a leitura é uma ferramenta útil projetada para obter e desenvolver o conhecimento e habilidades em todas as áreas. Além disso, é essencial estabelecer um vínculo entre o texto e o leitor, a fim de fortalecer as capacidades. Da mesma forma, as bases de uma leitura fornecem a estruturação de estratégias orientadas para a potencialização do aprendizado.

Assim, consideraremos a leitura como uma atividade complexa que não implica apenas a percepção dos sinais de uma língua, mas também a decodificação e a compreensão delas. E sua importância no eixo educacional estará na capacidade de formação de habilidades, qualidades direcionadas ao aprimoramento acadêmico. Significa ainda, que contribui para desenvolver o saber geográfico de maneira contextualizada, colocando ao aluno as diversas facetas possíveis de uma determinada questão.

REFERÊNCIAS

BRANCO, João Maria de Freitas. **Dialética, ciência e natureza**. Lisboa: Caminho, 2009.

CALLAI, H. **Estudar o lugar para compreender o mundo**. In: CASTROGIOVANNI, A. C. (Org.). Ensino de geografia: práticas e textualizações no cotidiano. Porto Alegre: Mediação, 2000.

CALLAI, H.; CALLAI, J. **Grupo, espaço e tempo nas séries iniciais**. Espaços da Escola, Ijuí, v. 3, n. 11, p. 9-18, jan./mar. 1994.

CASTELLAR, S.M.V. **A alfabetização em geografia**. Espaços da Escola, Ijuí, v. 10, n. 37, p. 29-46, jul./set. 2000.

CAVALCANTI, L.S. **Geografia, escola e construção do conhecimento**. Campinas: Papirus, 2008.

MARQUES, M.O. **Conhecimento e modernidade em reconstrução**. Ijuí: UNIJUÍ, 2003

REGO, N. et al. **Geografia e educação: geração de ambiências**. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2000.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 2004.

STRAFORINI, R. **Ensinar geografia nas séries iniciais: o desafio da totalidade mundo**. Dissertação (Mestrado) – Instituto

de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

CONSCIÊNCIA FONOLÓGICA E APRENDIZAGEM DA LEITURA

Maria da Glória Novais Silva Benfica⁵

RESUMO

Este artigo é parte da dissertação de mestrado intitulado: CONSCIÊNCIA FONOLÓGICA E LEITURA: Uma análise da prática docente nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Trouxe por objetivo a importância da consciência fonológica e os níveis envolvidos. O estudo realizado apontou que a consciência fonológica tem sido sugerida como o problema básico das dificuldades de aprendizagem (LD). Compreendeu-se neste estudo que o conhecimento fonológico é uma habilidade necessária para aprender a ler e, que esse processo pode facilitar seu desenvolvimento. Compreendeu-se ainda, que um bom processamento fonológico é essencial para aprender a ler e escrever. É por isso que o trabalho sistemático das habilidades de consciência fonológica é importante, porque nem sempre é adquirido espontaneamente e corresponde a uma das habilidades necessárias para o bom aprendizado de leitores e escritores. Assim, por meio deste estudo procura mostrar que o ensino sequencial e estruturado da consciência fonológica desde a infância ajuda o aprendizado da leitura e da escrita e, além disso, é um bom preditor de dificuldades nessa área.

Palavras-chave: Desenvolvimento da Linguagem. Ensino e Aprendizagem. Dificuldades de Aprendizagem.

This article is part of the master's thesis entitled: PHONOLOGICAL AWARENESS AND READING: An analysis of teaching practice in the early years of elementary school. It brought to mind the importance of phonological awareness and the levels involved. The study showed that phonological awareness has been suggested as the basic problem of learning disabilities (LD). It was understood in this study that phonological knowledge is a necessary skill to learn to read and that this process can facilitate its development. It was further understood that good phonological processing is essential for learning to read and write. This is why the systematic work of phonological awareness skills is important because it is not always acquired spontaneously and corresponds to one of the skills necessary for the good learning of readers and writers. Thus, this study seeks to show that the sequential and structured teaching of phonological awareness since childhood helps the learning of reading and writing and, moreover, is a good predictor of difficulties in this area.

Keywords: Language Development. Teaching and learning. Learning difficulties.

1. INTRODUÇÃO

As dificuldades de aprendizagem (DA) referem-se a um grupo heterogêneo de distúrbios que se manifestam em problemas significativos na aquisição e uso de habilidades de recepção, fala, leitura, escrita,

⁵ Graduação em Normal Superior; Pós-Graduação em Psicopedagogia Institucional e Clínica; Mestre em Ciências da Educação.

raciocínio da matemática ou sociais relacionadas à escola. Esses distúrbios são intrínsecos ao indivíduo e presume-se que sejam devido à disfunção do sistema nervoso central. Em geral, é aceito que crianças com DA estão abaixo de seus pares no domínio de algum aspecto importante da aprendizagem. Embora um problema de aprendizagem possa ocorrer concomitantemente com outras condições que produzem incapacidade, como deficiências sensoriais ou mentais, distúrbios emocionais, afetivos ou sociais, diferenças culturais, estratégias pedagógicas inadequadas, dentre outros motivos (CAPELLINI & CIASCA, 2000).

Em geral, ao falar sobre o AD, você pode diferenciar entre problemas gerais e específicos. Os específicos ocorrem quando uma criança tem problemas com uma tarefa específica, como a leitura. Essa dificuldade é conhecida como dislexia e é a causa específica mais frequente de reprovação escolar. Quase todos os dias na consulta especializada o clínico se depara com um problema de leitura que precisa ser avaliado. A leitura é um processo complexo e difícil de examinar. Além disso, é uma atividade intelectual muito sensível aos diferentes distúrbios cognitivos e a qualquer disfunção

cerebral localizada ou difusa ou a qualquer déficit sensorial, linguístico ou emocional (LEFÈRE, 2005).

Outros problemas específicos incluem as dificuldades de aprender a escrever e calcular. Os problemas gerais se manifestam na forma de lentidão, desinteresse, desatenção ou alterações cognitivas que comprometem todas as áreas (LOPES, 2004). Há evidências claras de que o processamento fonológico e a capacidade de leitura estão intimamente relacionados.

Nesse contexto, o processamento fonológico se refere ao uso de informações sobre a estrutura sonora da linguagem na transformação cognitiva da entrada escrita. As letras do nosso sistema de escrita carregam informações sobre os sons da linguagem, embora a correspondência entre sons e as letras do alfabeto esteja longe de ser perfeita. As crianças devem, em algum momento, adquirir a capacidade de combinar a forma escrita de uma palavra com sua estrutura sonora. É geralmente assumido que isso é feito no nível das correspondências letra-som específicas, chamadas de correspondências grafema-fonema (LIMA, 2002).

Em alguns casos, são realizadas tarefas de segmentação fonológica para construção lexical na leitura e na escrita. Esses tipos de estratégias são muito eficazes no ensino da leitura e da escrita, pois é uma linguagem muito regular na correspondência fonema/grafema. Isso garante que a leitura possa ser muito boa, mesmo em casos de retardo mental leve e moderado.

Portanto, a consciência fonológica é definida como a capacidade de analisar e segmentar os componentes da fala (palavras, rimas, sílabas, sons, fonemas) e executar operações complexas sobre eles. Ou seja, é uma habilidade metalinguística. Essa habilidade permite que a criança domine as regras de correspondência grafema-fonema e é crucial para aprender a ler e escrever. A via fonológica é definida por inúmeros autores como: Capovilla (2004), Correia (2008), Lefère (2005), Melo (2006), dentre outros.

Nesta investigação procurou discorrer sobre o desenvolvimento da consciência fonológica como um preditor confiável da capacidade de leitura, examinando a inter-relação entre habilidades verbais e conhecimento de

letras, na consciência fonológica e habilidades do processo de leitura, pois percebe que a capacidade de manipulação do fonema está altamente associada ao conhecimento da letra e do seu som.

2. A CONSCIÊNCIA FONOLÓGICA

A consciência fonológica é tecnicamente definida como uma habilidade metalinguística que consiste na capacidade de refletir e manipular os aspectos estruturais da linguagem falada (CAPOVILLA, 2004).

A relação entre memória, consciência fonológica e linguagem escrita é bastante expressiva. A consciência fonológica evolui de uma atividade inconsciente e desprovida de atenção para uma reflexão intencional e com atenção dirigida. Esta evolução parte do desenvolvimento conjunto inter-relacionado do aspecto cognitivo e da linguagem, por meio da construção de memórias lexicais e fonológicas, havendo também outros mecanismos do processamento e da organização da linguagem, como a memória fonológica e o acesso ao léxico mental, que atuam de forma subjacente ao desenvolvimento da consciência fonológica.

Consciência fonológica é um conjunto de habilidades que vão desde a simples percepção global do tamanho da palavra e de semelhanças fonológicas entre as palavras, até a segmentação e manipulação de sílabas e fonemas. Refere-se tanto à consciência de que a fala pode ser segmentada, quanto à habilidade de manipular tais segmentos, e se desenvolve gradualmente, à medida que a criança vai tomando consciência do sistema sonoro da língua, ou seja, de palavras, sílabas e fonemas como unidades identificáveis (BRAYAN e BRADLEY, 1987; CAPOVILLA e CAPOVILLA, 2005).

Segundo Morais (1996), em nenhum estudo se encontram crianças pré-leitoras que, não tendo qualquer conhecimento das correspondências entre letras e som, tenham sucesso em testes fonêmicos sem treinamento intensivo. Assim, a consciência fonêmica não é, portanto, obrigatória para toda forma de leitura de palavras, mas é indispensável para a utilização do processo de conversão grafofonológica na leitura. Assim, os programas que exercitam ao mesmo tempo a habilidade de análise fonêmica intencional e o conhecimento das correspondências entre letras e os sons permitem progressos significativamente

mais importantes em leitura do que os programas que só exercitam uma dessas duas competências.

A consciência fonológica é a base para o método fônico. A palavra fonológica deriva da palavra grega *fono*, que significa som. O módulo fonológico é como se fosse à fábrica da linguagem, a parte funcional do cérebro onde os sons são reconhecidos e montados sequencialmente, para formar palavras, e onde as palavras são segmentadas em sons elementares. O fonema é o elemento fundamental do sistema linguístico, o elemento essencial de todas as palavras, faladas ou escritas (SHAYWITZ, 2006).

Dessa forma, a consciência fonológica segundo Melo (2006) é a capacidade de perceber e manipular as partes sonoras do sistema de som de uma língua, ou seja, as unidades que denominamos fonológicas, como a palavra, a sílaba ou o fonema, entre outras. Um dos primeiros sinais que aparecem na sensibilidade à estrutura fonológica das palavras é a capacidade de fazer rimas. Para que uma criança encontre duas palavras que rimam, ele deve concentrar a atenção nos sons, e não no significado; de fato, ele precisa focar a atenção apenas em uma parte

específica da palavra, e não nos sons como um todo. Quando a criança toma consciência dos fonemas das palavras, é capaz de avaliar se eles têm o mesmo som no início ou no final.

No entanto, é importante ter em mente que a consciência fonológica não é a única habilidade necessária para um bom aprendizado de leitura e escrita. Isso requer outras habilidades, como boa competência linguística, conhecimentos gerais sobre o mundo, boa capacidade de raciocínio e interesse em ler, entre outros.

2.1. Consciência fonológica e aprendizagem da leitura

A consciência fonológica segundo Morais (2013), se desenvolve entre dois ou três e sete ou oito anos, ao mesmo tempo que muitos outros aspectos da experiência com a linguagem.

Para Bordini (2008), a princípio, as palavras não são representadas na memória da criança como uma sequência de fonemas, mas como uma estrutura global de elementos inter-relacionados, como gestos, traços ou rotinas articulatórias. Quando a consciência silábica aparece, é a sílaba que se torna a unidade básica da análise fonológica

da linguagem. A consciência segmentar aparece tardia e sempre em relação ao aprendizado da leitura.

Podemos resumir as relações entre o desenvolvimento da consciência fonológica e o aprendizado da leitura do seguinte modo: um certo nível de consciência fonológica é anterior ao bom aprendizado do leitor. Aprender a usar o código alfabético na leitura significa aprender a encontrar as correspondências fonêmicas das letras. A leitura alfabética é uma atividade que envolve a descoberta do fonema e que é a memória de correspondências e habilidades de síntese.

Para Breves (2002), a experiência com a linguagem escrita é um dos fatores que impulsionam o desenvolvimento do conhecimento fonológico em direção à consciência fonêmica.

Para Cagliari (2003), a consciência fonológica uma condição necessária para aprender a ler, não é suficiente. Para aprender a ler a criança deve adquirir o princípio alfabético para acessar um conhecimento fonológico-fonêmico e um conhecimento da relação entre fonemas e Cartas que os representam. Portanto, estimular o desenvolvimento da consciência

fonológica e aprender o alfabeto são condições indispensáveis para que as crianças alcancem uma compreensão desse princípio alfabético.

Segundo Braggio (2005), o que é indiscutível é que, sem uma consciência fonológica e sem as correspondências entre fonemas e letras, não há como obter um processo de alfabetização; da mesma forma, duas outras coisas também são indiscutíveis no momento, para que o entendimento do princípio alfabético ocorra, não é necessário aprender todas as correspondências entre fonemas e grafemas, mas estar ciente de que existem fonemas e entender que o que as letras representam são os fonemas.

Esse aprendizado de acordo com Breves (2002), alfabetização exige mais do que entender o princípio alfabético, porque devemos estar cientes de que, embora as crianças que conhecem apenas algumas correspondências entre letras e fonemas provavelmente conheçam o princípio alfabético, bem como aquelas que dominam todo o alfabeto. A única diferença é que os primeiros não sabem decodificar tantas novas palavras. Além disso, não podemos esquecer que, dentro do conhecimento fonêmico, existem diferentes graus, uma vez

que diferentes fonemas não são igualmente acessíveis ao falante, de modo que, em um certo nível de desenvolvimento desse conhecimento, é possível identificar certos fonemas e não outros, para que nem todos as correspondências fonema-grafema seriam igualmente fáceis de obter.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, foi possível verificar a forte relação existente entre o desenvolvimento da linguagem oral e as habilidades que favorecem o conhecimento fonológico em estudantes, informação que coincide com as contribuições da literatura científica nos últimos anos. Embora em nosso estudo pudéssemos conhecer com mais detalhes o papel que cada um dos principais componentes do aprendizado da escrita adquire em relação à conscientização da estrutura fonológica da linguagem falada em desenvolvimento evolutivo da criança, conseguindo verificar que nem todos os níveis de consciência fonológica têm o mesmo grau de importância ao longo do processo de aprendizagem da escrita.

Conseqüentemente, existe um vínculo entre o desenvolvimento da linguagem oral e a linguagem escrita, que destaca a forte relação entre a capacidade

linguística oral e a aprendizagem do sistema de escrita, fato que considera que a linguagem falada permeia a expressão escrita, enquanto, por sua vez, as convenções da escrita também afetam a uso oral, o que significa que quanto maior o grau de domínio da linguagem oral facilitará o acesso da criança aos diferentes níveis do processo de construção da escrita e vice-versa.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, José Juvêncio. **Alfabetização e Leitura**. 7ª ed. rev - São Paulo: Cortez, 2004.
- BORDINI, M. da G. e AGUIAR, V. T. de. **Literatura: a formação do leitor - alternativas metodológicas**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2008.
- BRAGGIO, S. L. B, **Leitura e alfabetização: da concepção mecanicista à sociopsicolinguística**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2005.
- BREVES, Maria Tereza P. **o livro-de-imagem um (pré) texto para contar histórias**. Ética Editora. 2000.
- BRYANT, P.; BRADEY, L. **Problemas de leitura na criança** Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.
- CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização & Linguística**, 10ª ed. São Paulo: Editora Parma Ltda, 2003.
- COLOMER, Teresa. CAMPS, Ana. **Ensinar a ler, ensinar a compreender**. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- CORACINI, M.J.R.F. **Diversidade e semelhanças em aulas de leitura**. São Paulo: Pontes. 2005.
- MORAIS, J. **Criar leitores: para professores e alfabetizadores/ José Morais - Barueri, SP; Minha Editora, 2013.**
- MORAIS, J.A **arte de ler/ José Morais; tradução Álvaro Lorencine - São Paulo: Editora UNESP, 1996.**
- SHAYWITZ, S. **Entendendo a dislexia: um novo e completo programa para todos os níveis de problemas de leitura/ Sally Shaywitz; tradução Vinícius Figueira. - Porto Alegre: Artmed, 2006.**

A FUNÇÃO ALFABETIZADORA DA GEOGRAFIA

Maria Luisa Domingues Ferreira⁶

RESUMO

Na fase escolar, o aluno experimenta vários processos de alfabetização devido a cada disciplina adotada no currículo escolar que tem formas especiais de construir o conhecimento, por meio de certos recursos, procedimentos e formas de comunicá-los. Essa construção situada de significados é, então, particular de acordo com a comunidade disciplinar do professor e sua especialidade. Da abordagem da pesquisa bibliográfica, descritiva, o objetivo deste estudo, procura identificar quais são os meios e modos com quais os alunos são alfabetizados nas aulas de Geografia.

Palavras-chave: Alfabetização. Conhecimento Geográfico. Contexto Escolar.

ABSTRACT

In the school phase, the student experiences various literacy processes due to each discipline adopted in the school curriculum that has special ways of building knowledge through certain resources, procedures and ways of communicating them. This situated construction of meanings is then particular according to the teacher's disciplinary community and its specialty. From the bibliographical, descriptive research approach, the aim of this study is to identify

the means and ways in which students are literate in Geography classes.

Keywords: Literacy. Geographic knowledge. School context.

1. INTRODUÇÃO

A alfabetização e a educação formal desempenham um papel importante no desenvolvimento do indivíduo e em sua incorporação em sua cultura e sociedade (VIGOTSKY, 1995; WELLS, 2001). No entanto, esse processo complexo resulta, por um lado, porque na educação formal coexistem diferentes formas de criar significado e essas eles variam de acordo com a comunidade científica a partir da qual esse conhecimento está sendo construído e comunicado.

Por outro lado, porque essa construção semiótica ocorre na interação do aluno na sala de aula e pode mediar sua participação em uma comunidade. Portanto, o desafio para o corpo discente será aprender a trabalhar em cada uma das diferentes disciplinas curriculares apresentadas pela escola, que envolvem diferentes maneiras de pensar, falar e

⁶Graduação em Geografia- Mestre em Ciências da educação- UNINTER.

representar o mundo (BRANCO, 2009). Então um professor de Geografia, como especialista neste campo do conhecimento, tem diferentes opções para criar significado disciplinar, que difere do de um professor de história, em termos de conhecimento conceitual e recursos utilizados para isso.

Portanto, pode-se notar que os processos de alfabetização na área específica da geografia exigem um aprendizado que vai além da linguagem verbal; torna necessário abordar o estudo dos processos de alfabetização de diferentes maneiras para se comunicar.

Esses processos exigem que os professores -de suas possibilidades construa um discurso pedagógico multimodal que une entre discurso científico e discurso cotidiano. Especificamente, é interessante realizar a análise do discurso pedagógico das ciências sociais, em geral, e da geografia, em particular, a fim de entender não apenas como essa ponte é construída, mas também o que os professores exigem da comunidade disciplinar e escolar para seus alunos, para entender o conhecimento disciplinar.

Diante do exposto, o objetivo deste estudo é identificar quais são os meios e os modos com os quais os alunos são

alfabetizados nas aulas de Geografia, para reconhecer seu potencial epistêmico através das ferramentas utilizadas pelos professores em sala de aula. De acordo com isso, este estudo busca contribuir para a reflexão sobre os processos de aprendizagem e a importância na construção de significados para a compreensão das práticas.

2. O LUGAR DA GEOGRAFIA NO CONTEXTO ESCOLAR

O interesse deste estudo é importante destacar a complexidade e a abstração das conceituações particulares de cada disciplina, que ela representa e se comunica com um discurso científico específico. No contexto da sala de aula, e dada a complexidade subjacente a essas representações, os professores trabalham para 'desempacotar' esses conceitos, o que significa que, através do discurso, eles devem 'transformar' conceitos em ideias que fazem sentido da linguagem cotidiana dos alunos (CALLAI, 2000).

No caso do ensino de ciências sociais em sala de aula, o objetivo é fornecer aos alunos ferramentas para interpretar a realidade social (CASTELLAR, 2000). Os artefatos semióticos com os quais a geografia trabalha para o desenvolvimento de

habilidades envolvem meios e maneiras particulares de representar a realidade. Portanto, os processos de 'descompactação' que cada professor desenvolve variam em relação aos meios e modos da disciplina que estão ensinando e o fazem.

Entre as ciências sociais, segundo Cavalcanti (2008) discorre que, a geografia favorece o pensamento inclusivo, que amplia o conhecimento das diferentes formas de vida e, portanto, é projetado como um instrumento do conhecimento social. Além de se comprometer com o estudo de relacionamentos entre os fenômenos físicos e humanos ou entre a sociedade espacial, esse conhecimento favorece o desenvolvimento, nos alunos, de habilidades para localizar e ler seus próprios recursos e concede maior autonomia, mesmo, no dia a dia. Em outras palavras, que as atividades de aprendizado e, portanto, a alfabetização favorece a conexão entre os tópicos analisados e a realidade vivenciada pelo corpo discente, seus interesses em incentivá-los a aplicar conhecimentos e habilidades na compreensão de sua própria realidade.

Nesse sentido, Marques (2003) reconhece três áreas nas quais a geografia alfabetiza exclusivamente. Em primeiro

lugar, dada sua consagração ao exame ou estudo do caráter dos lugares e dos processos que levam a esse caráter, ajuda no conhecimento do contexto espacial em que nossa vida e atividades como seres sociais se desenvolvem. Em segundo lugar, existe a esfera da tradição espacial, que é a única disciplina que trata e, em terceiro lugar, vale a pena notar a noção de gráfica, através do trabalho com mapas.

Conforme Marques (2003), tudo isso é reforçado pela importância que as imagens adquirem como visões de mundo para a disciplina de aprendizado e seu impacto no comportamento geográfico. Consequentemente, eles são explicados de acordo com as habilidades a serem alcançadas no nível primário ou básico, aquelas relacionadas ao trabalho cartográfico, localização, direção e orientação.

[...] ao mesmo tempo, destaca-se que o poder do registro geográfico reside no visual, no uso de diferentes sinais de representação, como fotografias, mapas, diagramas, desenhos, entre outros. Esses são os artefatos semióticos usuais na construção do conhecimento geográfico, com diferentes níveis de complexidade, dependendo da proximidade do senso comum ou acadêmico da imagem em questão, por exemplo (MARQUES, 2003, p.54).

É para que, nos textos escolares, sejam encontradas imagens denominadas

pregeográficas, como fotografias de um parque nacional com turistas ou exibição de imagens, que apresentam as características geográficas de um local. No entanto, é importante especificar que as imagens se tornam mais complexas quando fornecem mais informações sobre o espaço que, segundo o autor, e sua gramática visual, implica a descrição e o entendimento do desenvolvimento de processos geográficos.

Particularmente na sala de aula, refere-se ao conhecimento curricular que se busca representar verbal e visualmente, a gramática entra em diálogo com a por meio de uma imagem, seja uma fotografia, um mapa ou um desenho, que descrevem as características de um local e referem-se a processos no referido espaço geográfico. Por exemplo, uma imagem pode apresentar: vegetação, montanhas, mar. Esta ilustração pode ser um excelente convite para entender como os fatores e elementos do clima operam. Portanto, o desafio pedagógico é que os professores possam mediar através da identificação do processo de leitura contidos nessa imagem, que elas poderiam ser representadas ou diferentes tipos de sinais da disciplina, e são tão variadas as imagens que falam de processos, de movimentos, de transformações que podem

ser causa e condição para mudanças geográficas.

2.1. As dificuldades da leitura e escrita

Alunos das séries iniciais apresentam, muitas dificuldades em leitura e escrita com erros que já deveriam ser sanados, para estar-se apto para a linguagem na Geografia. As dificuldades foram observadas nas duas escolas que fazem parte do universo da pesquisa. Em se tratando das séries finais do Ensino Fundamental os alunos participaram da construção do conhecimento e pensamento geográfico, algum se percebeu claramente que conseguem ter uma visão maior entre o que “lê” e passa a produzir textos relacionados aos assuntos abordados em sala.

Mas ainda existe uma grande parcela pelas análise das tabelas que ainda apresentam muitas dificuldades. Daí é onde entra a ação do professor (a) para dar um reforço maior aqueles alunos que não estão acompanhando o quanto deveriam estar. Decorrente destas questões que estão interligadas e o levantamento de dados entre as escolas, o aluno percebeu que a geografia tem seu saber significativo e eles devem aprender a pensar o espaço e após conseguirem escrevê-lo, para que ao

concluir, o ensino fundamental esteja apto a ler e escrever, para que a geografia que foi estudada não perca na memória, mas que venha a fazer parte integrante de um conhecimento adquirido que foi acrescentado e ele precisará dele para seguir seus anos vindouros.

Nossos alunos buscam colocar seus pontos de vista, onde uns conhecem bem e discutem as situações de ensino dos conteúdos de geografia, discorrendo claramente que apresentam a matéria quando o professor (a) explica e outros por não saberem ler e escrever apresentam um conhecimento prévio que posso chamar “das séries iniciais sentem muitas dificuldades em avançar com êxito, pois a dificuldade de ler e escrever acabou barrando o seu conhecimento”. Em análise das entrevistas com os professores (as), as dificuldades encontradas no dia a dia são grandessíssimas quando o aluno ainda não sabe ler e escrever corretamente. Há alguns pedagogos que acharam algumas dificuldades, mas a maioria já trabalha com alunos que iniciaram as séries iniciais sem saber ler e escrever.

Em análise das entrevistas com os professores (as) as dificuldades que os mesmos (as) encontram no seu dia-dia em

sala de aula é muito grande quando o alunos ainda não consegue ler e escrever. Contudo na análise dos professores das séries finais, torna-se difícil ensinar um conteúdo de geografia se o aluno não sabe ler e escrever e muito menos interpretar.

Com toda esta problemática o aluno chegou às séries finais não conseguindo acompanhar a turma, ocorrendo um desnível de seu próprio conhecimento, e do pensamento geográfico. A necessidade a esta visão percebeu se através da pesquisa nas duas escolas em estudo. Contudo a análise mostrou claramente que o conhecimento adquirido nas séries iniciais é de suma importância para que ele seja acrescido e melhorado nas séries finais, pois o aluno vai apenas acrescentando além daquele que ele já sabe.

Cabe aí o que chamamos de sondagem na primeira semana de aula. Mas nem todas as escolas os(as) professor(a) fazem esta prática. Pois, 89% dos alunos acham os textos difíceis de entender os alunos da Escola “A”, claro que não são alfabetizados, mas a grande porcentagem de quem não entende é muito grande. Já na escola “B” os alunos aprendem com a porcentagem de 38% com consta na tabela da pesquisa. Porém na série “B” da mesma

escola os alunos citaram que 63% são fáceis de entender.

Embora os estudos sejam muito a respeito de interpretação segundo ABAURRE (2008), “a linguagem em seu aspecto artístico estrutural ou prático é considerada como parte integrante de nossas vidas, instrumento indispensável. E essa base é que nossos alunos deveriam ter para poder continuar seus estudos.

Assim, a leitura e a escrita constituem-se como competências para a compreensão da vida em sociedade e do mundo. Segundo SOLÉ (1998) “no âmbito da leitura, este aspecto de sedar sentido, adquire-se um interesse inusitado”. Os alunos tanto da escola “A” e “B” deveriam ter esta competência para poder, entender os textos porque a interpretação é a base para o conhecimento adquirido, e após ser colocado em prática tanto em sala de aula como para a vida toda ele vai precisar desta competência.

Para FREIRE (2009) “ler e escrever como momentos inseparáveis de um mesmo processo da compreensão e o domínio da língua e da linguagem. Portanto para compreender a geografia temos de ter o conhecimento dos vários tipos de linguagem

a fim de compreender o que pede o exercício, a leitura e a compreensão de imagens, análise de gráficos. Em uma questão da pesquisa nas séries finais abordei em uma questão sobre a importância de ler e escrever, onde constatei, através de pesquisa de campo que todas as séries tanto da escola “A” como da “B” relatam que é importante.

REFERÊNCIAS

BRANCO, João Maria de Freitas. **Dialética, ciência e natureza**. Lisboa: Caminho, 2009.

BENEVIDES, Maria Vitória. **Entrevista à Revista Teoria e Debate**, n. 39, out/nov/dez. São Paulo. Fundação Perseu Abramo, 1998.

CALLAI, H. **Estudar o lugar para compreender o mundo**. In: CASTROGIOVANNI, A. C. (Org.). **Ensino de geografia: práticas e textualizações no cotidiano**. Porto Alegre: Mediação, 2000.

CALLAI, H.; CALLAI, J. **Grupo, espaço e tempo nas séries iniciais**. *Espaços da Escola*, Ijuí, v. 3, n. 11, p. 9-18, jan./mar. 1994.

CASTELLAR, S.M.V. **A alfabetização em geografia**. *Espaços da Escola*, Ijuí, v. 10, n. 37, p. 29-46, jul./set. 2000.

CAVALCANTI, L.S. **Geografia, escola e construção do conhecimento**. Campinas: Papirus, 2008.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 18. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2001.

MARQUES, M.O. **Conhecimento e modernidade em reconstrução.** Ijuí: UNIJUÍ, 2003

REGO, N. et al. **Geografia e educação: geração de ambiências.** Porto Alegre: UFRGS, 2000.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado.** São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional.** São Paulo: Hucitec, 2004.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo/razão e emoção.** São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2000.

STRAFORINI, R. **Ensinar geografia nas séries iniciais: o desafio da totalidade mundo.** 2001. 155f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas